

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente.

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis
às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

20
26

BANCO
FIBRA

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Fibra S.A. (Banco Fibra ou banco) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas na Lei das Sociedades por Ações, e observam integralmente as normas emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), bem como o modelo de apresentação estabelecido no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Desempenho Consolidado: Senhores Acionistas:

O Banco Fibra registrou lucro líquido de R\$ 155 milhões ao final do primeiro semestre de 2026, o que representa um crescimento de 269,2% em relação ao resultado apurado no mesmo período de 2025. O resultado já alcançado em seis meses de 2026 já superou o lucro líquido registrado em todo o exercício de 2025, que totalizou R\$ 153,6 milhões. O lucro antes do imposto de renda (LAIR) totalizou R\$ 246,9 milhões, uma evolução de 318,3% na comparação anual.

O ROAE contábil alcançou 11,2%, 8 pontos percentuais ante o observado no primeiro semestre de 2025. O ROAE anualizado foi de 21%, 9 pontos percentuais acima do ROAE em 31 de dezembro de 2025. O índice de eficiência encerrou o semestre em 34,2%, melhorou em relação ao mesmo período do ano anterior quando o índice foi de 55,9% e melhorou em relação ao exercício de 2025 quando o índice foi de 50,2%.

O patrimônio líquido atingiu aproximadamente R\$ 1,46 bilhão, obteve um incremento de 23% na comparação anual e um incremento de 12,5% em relação ao fechamento de 31 de dezembro de 2025. Os ativos totais somaram R\$ 26,9 bilhões ao final de junho de 2026, representando um crescimento de 22% na comparação anual e um crescimento de 19,9% em relação ao exercício de 2025.

A carteira de crédito manteve sua tendência de crescimento como observada nos últimos exercícios. A análise da posição de junho de 2026 considera como base de comparação o saldo apurado em dezembro de 2025. A carteira de crédito expandida gerencial alcançou R\$ 14,3 bilhões, registrando evolução de 29,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2025. A carteira Corporate Agro encerrou o semestre com um saldo gerencial de R\$ 6,1 bilhões, crescimento de 15,0% no comparativo a dezembro 2025. A carteira Corporate Grupo (composta por clientes e fornecedores da cadeia produtiva do conglomerado CSN/Vicunha) atingiu o saldo de R\$ 5,3 bilhões com expansão de 74,8% no mesmo comparativo. Esse crescimento se deve, principalmente, à expansão da carteira de cessão de créditos performados, ao crescimento das operações de risco sacado com ou sem coobrigação do cedente e ao aumento das operações com notas comerciais. A carteira Empresas encerrou o semestre com saldo de R\$ 1,7 bilhão, evoluiu 21,2% em relação ao encerramento de 2025. Já a carteira Pequenas e Microempresas alcançou o saldo de R\$ 365 milhões, mantendo-se em patamar semelhante ao saldo de R\$ 352,6 milhões divulgado em 31 de dezembro de 2025. A carteira de Reestruturação totalizou R\$ 121,2 milhões ao final de junho de 2026, redução de 5,5% em comparação ao encerramento de 2025. A carteira de Tesouraria totalizou R\$ 553,7 milhões frente a R\$ 766,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Essa redução decorre da melhor alocação de capital em ativos dos clientes corporativos, que produziu resultados relevantes, contribuindo positivamente para o desempenho do período.

A qualidade da carteira de crédito permaneceu em nível saudável ao final de junho de 2026. O índice de atrasos acima de 90 dias encerrou o semestre em 1,03%, estável em relação aos 0,96% registrados ao final de 2025 e inferior à média de mercado. As operações classificadas nos estágios 1 e 2 representaram 95,6% da carteira de crédito.

A margem de intermediação financeira gerencial totalizou R\$ 254,8 milhões no primeiro semestre de 2026, crescimento de 18,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete a evolução das diferentes linhas de negócio, todas com contribuição positiva na comparação anual. A receita com seguros alcançou R\$ 20,5 milhões, expansão de 46,0%. A linha de juros contribuiu com R\$ 142,4 milhões, crescimento de 6,7%, enquanto as receitas de *fees* e serviços permaneceram estáveis, totalizando R\$ 33,9 milhões.

Reforçando a estratégia de crescimento sustentável e diversificação das fontes de receita, o Banco Fibra ampliou seu portfólio de produtos com o lançamento da operação de Consignado Privado. Em seu primeiro semestre, esta linha de negócios contribuiu com R\$ 8,4 milhões para Margem de Intermediação Financeira gerencial.

Complementando as receitas oriundas das operações financeiras, a Fibra Energy contribuiu com um resultado de R\$ 4,2 milhões no primeiro semestre de 2026. Em junho de 2025, a Fibra Energy encontrava-se em fase inicial de operação. A Fibra Asset encerrou o primeiro semestre de 2026 com resultado gerencial de R\$ 1,8 milhão, obteve um incremento de R\$ 1 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior.

A despesa de provisão ampliada sobre a carteira expandida encerrou o primeiro semestre de 2026 em 1,86%, nível considerado aderente aos riscos observados e alinhado às diretrizes de perdas esperadas previstas na regulamentação vigente

O Banco Fibra mantém disciplina rigorosa na gestão de despesas e na alocação eficiente de recursos. As despesas de pessoal, administrativas e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis totalizaram R\$ 134,7 milhões no primeiro semestre de 2026, frente a R\$ 123,6 milhões no mesmo período de 2025. O aumento observado decorre principalmente de investimentos em tecnologia, do fortalecimento da estrutura organizacional para suportar o crescimento dos negócios e de adequações relacionadas a contingências trabalhistas.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PDD) encerrou o semestre em R\$ 256,1 milhões, apresentou uma redução de 8,1% em relação a 31 de dezembro de 2025.

A estrutura de *funding* do Banco Fibra permaneceu diversificada e robusta ao longo do primeiro semestre de 2026, sustentando a expansão dos negócios e preservando elevado patamar de liquidez. O saldo total de captações atingiu R\$ 18,0 bilhões ao final do primeiro semestre de 2026, representando crescimento de 24,5% em relação a 31 de dezembro de 2025. O *funding* local totalizou R\$ 13,1 bilhões, avanço de 16,3% na mesma comparação. O estoque de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) sem liquidez atingiu o saldo de R\$ 11,4 bilhões, expansão de 18,7% em relação ao encerramento de 2025. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), somaram R\$ 622,5 milhões, cresceram 69,3% na mesma comparação. Os empréstimos no exterior encerraram o semestre com saldo de R\$ 259,5 milhões, 7,6% maior que o saldo de R\$ 241,1 milhões registrados em dezembro de 2025. As Letras Financeiras Bilaterais alcançaram R\$ 169,8 milhões, avanço de 185,3% enquanto as Letras Financeiras Subordinadas totalizaram R\$ 199,7 milhões, crescimento de 7,5% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2025. O *funding* internacional, composto por operações de trade finance, aplicações de curto prazo e linhas colateralizadas, atingiu R\$ 4,9 bilhões, apresentou uma evolução de 53,4% em relação a 31 de dezembro de 2025. Em relação à gestão de passivos, o Banco manteve o foco na diversificação dos vencimentos, na otimização da estrutura de *funding* e na redução do custo médio de captação. O descasamento positivo entre ativos e passivos permaneceu em patamar confortável, com GAP de 410 dias ao final do semestre.

O Caixa Livre totalizou R\$ 4,7 bilhões ao término do semestre, apresentou um crescimento de 47,9% em relação a 31 de dezembro de 2025. Esse crescimento reflete uma sólida estrutura financeira, preparada para sustentar os planos de crescimento do Banco. Além de suportar a expansão da carteira de negócios e o desenvolvimento de novas iniciativas comerciais, parte desses recursos é direcionada à realização de operações de liquidez diária com clientes, ampliando as oportunidades de negócios, fortalecendo o relacionamento com a base de clientes e contribuindo positivamente para a geração de resultados.

O Índice de Basileia encerrou o primeiro semestre de 2026 em 11,23%, ante 10,69% ao final do exercício de 2025.

Pessoas:

O Conglomerado Fibra encerrou o primeiro semestre de 2026 com 329 colaboradores, sendo 301 colaboradores do Banco Fibra, 20 na Fibra Corretora de Seguros, 6 na Fibra Asset e 2 colaboradores na Fibra Energy.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, o Banco Fibra segue com sua agenda de diversidade e governança. Atualmente, as mulheres representam 67% dos membros do Conselho de Administração e 29% do Comitê Executivo. Nos demais níveis organizacionais, a participação feminina corresponde a 29% dos cargos de gestão e a 47% das posições não gerenciais. Reforçando seu comprometimento com a promoção da equidade de gênero, o Banco mantém o compromisso anual de ter, no mínimo, 50% das contratações com profissionais do gênero feminino. No primeiro semestre de 2026, as admissões femininas representaram 48% do total.

Em continuidade ao 2º Programa de Estágio Afirmativo para Mulheres Pretas e Pardas, foram contratadas mais quatro estagiárias no primeiro semestre de 2026, ampliando o alcance da iniciativa. No período, também foi concluído o programa de mentoria desenvolvido para apoiar e acelerar a trajetória profissional das participantes no setor financeiro.

Rating:

As classificações atribuídas pela Standard & Poor's permaneceram em brA-, com perspectiva positiva na escala nacional, e B- na escala global. A Fitch Ratings manteve suas notas em BBB+ na escala nacional e B+ na escala global.

Em maio de 2026, a agência Riskbank elevou a classificação do Banco Fibra de Baixo Risco para Curto Prazo 2 (BRCP 2) para Baixo Risco para Curto Prazo 1 (BRCP 1), refletindo a melhora dos indicadores de performance, a manutenção da elevada qualidade da carteira de crédito e a sólida posição de liquidez, mesmo em um ambiente macroeconômico desafiador.

Governança Corporativa:

O Banco Fibra S.A é controlado diretamente pela Elisabeth S.A Indústria Têxtil, sendo que o controlador final do grupo econômico é o Espólio de Dorothea Steinbruch. O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

Em relação à remuneração, considerando a média salarial dos colaboradores CLT, a média das mulheres representou 68% da média salarial dos homens em 2025, frente a 77% em 2024. Essa diferença decorre, principalmente, da maior concentração de mulheres em cargos de nível técnico.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Do ponto vista macroeconômico, no âmbito externo, o primeiro semestre consolidou os efeitos inflacionários originados do preço internacional do barril de petróleo (tipo Brent) mais alto, entre USD 80,00 e USD 90,00. Esse novo patamar, acima de USD 70,00/barril está associado, em primeiro lugar, às persistentes incertezas sobre um acordo definitivo entre EUA e Irã. Segundo, no final do 1S26, o nível de demanda global por petróleo tendeu à superioridade em relação à oferta total e deve permanecer nessa tendência até o final do verão no hemisfério norte. As estimativas de mercado indicam que os estoques de petróleo bruto diminuíram mais de 200 milhões de barris, o que equivale a pelo menos 6,6 milhões de barris por dia, desde o acirramento do conflito geopolítico entre abril e meados julho. Esse contexto pode perdurar até o final da temporada de férias no hemisfério norte (em agosto) e retornar a partir de novembro e dezembro, quando o frio, sazonalmente, intensifica a demanda por energia. Consequentemente, o preço à vista do barril de petróleo tipo Brent pode permanecer na vizinhança de USD 85,00 ante a média de pouco mais de USD 65,00 que caracterizou o bimestre janeiro - fevereiro, o que implica choques inflacionários associados aos combustíveis sobre a inflação global de bens e serviços.

Nos EUA e no Brasil, o contexto descrito acima teve consequências importantes sobre o curso da política monetária. No caso norte-americano, diante da resiliência dos indicadores econômicos e da alta do preço internacional do petróleo, as declarações de vários diretores do comitê de política monetária, o FOMC, adquiriram tons mais conservadores, na direção da majoração da taxa do Fed Funds ainda em 2026 ante a perspectiva prévia de manutenção da taxa básica de juros em 3,5%. O risco inflacionário potencial advindo do preço médio do petróleo relativamente mais alto aliado, principalmente, à taxa de desemprego relativamente baixa, perto de 4,3%, levou o ramo mais curto da curva de juros futuros a precificar a Fed Funds em 3,75% esse ano e 4,0% em meados do ano que vem.

No Brasil, a expectativa do mercado doméstico de juros mudou razoavelmente a partir do fim de fevereiro. O trecho da curva de juros futuros até dois anos, que precificava a Selic no final de 2026 em praticamente 12%, passou a embutir a taxa básica entre 13,75% e 14,5% ante os 15% que prevaleciam até o final de fevereiro. Similarmente aos EUA, a combinação entre a atividade econômica relativamente pujante durante a maior parte do 1S26 e os choques inflacionários advindos do preço internacional mais alto do petróleo marcaram o tom atualmente mais conservador do comitê brasileiro de política monetária (COPOM).

Parte do conservadorismo do Copom e da deterioração da curva doméstica de juros futuros está também associada à deterioração fiscal que vem caracterizando o Brasil desde meados do ano passado, principalmente a partir do início do ano em função do calendário eleitoral. De fato, o déficit primário do Governo Central – que é igual à diferença entre a receita tanto de tributos quanto de contribuições e as despesas não financeiras do Tesouro, do Banco Central e do INSS – cresceu de 0,48% do PIB em dezembro/25 para 1,08% do PIB em junho/26. Essa evolução acompanhou de perto a alta das despesas do Governo Central e levou a dívida bruta do governo geral (DBGG) – composto pelo Governo Central, estados e municípios – de 78,6% do PIB em dezembro/25 para 81,9% do PIB em junho passado.

Por seu turno, a forte piora da relação DBGG/PIB em apenas seis meses foi a grande responsável pela elevação da parte mais longa da curva de juros futuros no Brasil, principalmente do ramo a partir de cinco anos. De fato, o juro futuro vencendo em janeiro/31 passou de 13,47% em dezembro/25 para 14,38% em julho/26, estando em 14,57% atualmente.

A expansão fiscal, portanto, tem efeito dual sobre a economia brasileira. Por um lado, a alta dos gastos públicos mantém o chamado hiato do produto (que é a diferença entre a atividade econômica efetiva e o potencial de produção, medida em relação ao próprio produto potencial) positivo e o desemprego dessazonalizado abaixo de 6,5% durante um período mais longo que o próprio Banco Central (BC) projetava. Isso implica, de acordo com nossas simulações, a taxa Selic em 13,75% no final do ano, em linha com a precificação do ramo mais curto da curva de juros futuros (até 1 ano).

Por outro lado, a elevação dos gastos públicos, da relação DBGG/PIB e do ramo da curva de juros acima de cinco anos tende a desacelerar a atividade econômica no 2S26. De fato, a variação da média móvel trimestral da produção da indústria manufatureira passou da média de 0,39% no primeiro quadrimestre de 2026 para 0,04% em maio (ante abril) e para -0,54% em junho em relação a maio. O abrandamento da produção industrial acompanhou a desaceleração da demanda final, evidenciada pela atenuação das vendas no varejo restrito, as quais não incluem os segmentos mais dependentes do crédito, como vendas de automóveis e materiais de construção. Esse resultado pode ser constatado pela variação da média móvel trimestral do indicador de varejo restrito, o qual saiu da média de crescimento de 0,31% no 1º quadrimestre de 2026 para -0,17% em maio comparado a abril e para -0,25% em junho ante maio. Portanto, é bastante provável que consenso para a Selic em 13,75% no final do ano e a parte longa da curva doméstica de juros, entre 14,0% e 14,5%, continuem amenizando a atividade econômica, principalmente a produção industrial manufatureira, por meio tanto da alta do juro médio final sobre empréstimos, especialmente para a pessoa física (PF), quanto do consequente aumento da inadimplência da PF e da PJ.

O fato é que o enfraquecimento e queda das vendas no varejo e da produção industrial de bens de consumo duráveis (mais dependentes do crédito à PF) e não duráveis (mais dependentes da renda real pessoal) poderiam ser mais expressivos se não fosse a taxa de desemprego dessazonalizada em patamar muito baixo em junho passado (de acordo com nossos cálculos, igual a 5,6%), um dos menores desde o início da série em março/12. Entretanto, o mercado de trabalho já mostra claros sinais de desaceleração por meio da estabilização da população ocupada (PO) desde março/26, enquanto a população economicamente ativa (PEA) mostra crescimento desde abril passado. Em outras palavras, dada a alta da curva doméstica de juros (seja por implementação de política monetária restritiva, seja pela elevação do prêmio de risco fiscal), e mantidas as tendências de acomodação da PO e de expansão da PEA, o desemprego ajustado sazonalmente deve continuar subindo durante o 2S26 rumo ao intervalo entre 6,0 e 6,5%.

O quadro de desaquecimento da atividade econômica é suficiente para que o hiato do produto, que é a diferença entre o produto efetivo e a produção potencial (como proporção do produto potencial), continue moderando, tornando-se eventualmente negativo no final do 4T26 (na visão do BC). Esse é o contexto ideal para que a inflação anual convirja para a nossa projeção de 5,0%, 3,9% e 3,6% em 2026, 2027 e 2028, respectivamente, e para que a Selic seja minorada para as nossas perspectivas de 13,75% no final do ano e para 12,5% em 2027. É claro que o cenário para 2027 assume um ajuste de gastos governamentais (obrigatórios e discricionários) suficiente para levar o resultado primário do Governo Central do déficit de 0,4% do PIB que esperamos no final do ano para o superávit primário (exequível) de 0,5% do PIB no final de 2027. Essa é uma condição fundamental para que não só para que o BC reduza a Selic rumo a 12,5% no ano que vem, mas também para que os trechos mais longos da curva de juros futuros cedam pelo menos 150 pontos-base em relação aos 14% a 14,5% correntes. Esse é contexto inicial para que o crédito privado seja retomado após a eleições e, principalmente, ao longo de 2027.

Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Cenário Macroeconômico	8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	11
Demonstrações financeiras	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026	22
Relatório do comitê de auditoria	49

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fibra S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fibra S.A. (“Instituição” ou “Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Banco Fibra S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

(Conforme Nota Explicativa nº 10, “Carteira de ativos financeiros por estágio e provisão para perdas de crédito esperadas”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição tem como um de seus principais negócios a realização de operações de crédito e financiamentos. Neste sentido, a administração exerce julgamento para fins de determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2026, a Instituição possuía provisões para as operações de crédito e outros créditos com característica de crédito no montante de R\$ 254.534 mil. Em função da determinação do valor recuperável dos créditos ser uma estimativa contábil e possuir aspectos objetivos e subjetivos para sua determinação, consideramos a mensuração dessas provisões como sendo um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento do processo estabelecido pela administração, bem como a análise sobre políticas contábeis internas; **(ii)** teste para validação da completude e integridade dos saldos; **(iii)** avaliação da atribuição do nível de provisão do devedor e consequentemente a classificação do estágio, através das premissas estabelecidas pela administração, com base nas premissas praticadas pelo mercado; **(iv)** monitoramento do controle e valorização das garantias; **(v)** monitoramentos das transações renegociadas; e **(vi)** processos estabelecidos pela administração para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional. Também foi escopo de nossas análises a avaliação e adequação das divulgações efetuadas pela Instituição na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para passivos contingentes

(Conforme Nota Explicativa nº 24, “Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:

A Instituição possui ações que envolvem riscos contingentes tramitando nas esferas judicial e administrativa, de natureza cível, trabalhista e tributária. As referidas ações envolvem discussões sobre o mérito, e possuem aspectos processuais complexos inerentes às legislações vigentes. Para a determinação dos valores a serem provisionados e para determinação do prognóstico de perda são considerados fatores objetivos e subjetivos com base em premissas estabelecidas e julgamento da administração em conformidade com as informações de assessores jurídicos externos. Em 30 de junho de 2026 a Instituição possuía o montante de R\$ 468.043 mil em riscos considerados prováveis e R\$ 469.215 mil em riscos considerados possíveis, ambos de acordo com a Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Consideramos a mensuração e avaliação destes como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** validação da efetividade dos modelos utilizados para valorização dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista; **(ii)** verificação da metodologia e cálculo de risco referente aos processos tributários; **(iii)** confirmação amostral junto aos assessores jurídicos externos da existência e dos valores envolvidos (quando aplicável); **(iv)** realização de teste de suficiência dos valores provisionados vis-à-vis as perdas efetivas dos processos judiciais encerrados; e **(v)** teste de atualização monetária das provisões (quando aplicável). Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e avaliação dos passivos contingentes foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Créditos tributários

(Conforme Nota Explicativa nº 23b, “Créditos Tributários”)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de junho de 2026, a Instituição possuía o montante de R\$ 1.174.554 mil no consolidado referente a créditos tributários oriundos de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, os quais a administração entende sua realização viável com base na geração de lucros tributáveis suficientes para a adequada compensação desses créditos tributários. A projeção desses lucros tributáveis é baseada em premissas estabelecidas e fundamentadas pela administração e, portanto, envolvem certo nível de julgamento e subjetividade. Consideramos a mensuração e realização desses créditos tributários como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria, foram, entre outros: **(i)** o entendimento das premissas estabelecidas pela administração, e o teste de sua efetividade, conforme estabelecido nas práticas contábeis e Resolução nº 3.059/02 alterada pela Resolução nº 4.842/20 ambas do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requerem a análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante a estudo de recuperabilidade dos créditos; **(ii)** validação das movimentações de adições e baixas e da integridade com base em seus respectivos efeitos contábeis. Também foi escopo de nossas análises a validação da adequação das divulgações efetuadas pela Instituição referente a Nota Explicativa nº 20b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Banco para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários foram adequados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e o Relatório do Comitê de Auditoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração e no Relatório do Comitê de Auditoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

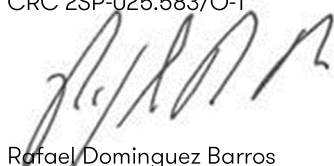
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

	Notas Explicativas	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	191.150	243.456	193.154	243.500
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.881.366	497.306	1.693.298	512.934
Títulos e valores mobiliários	6.a	1.746.281	351.990	1.520.415	353.984
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	135.085	145.316	172.883	158.950
Ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes		295.711	324.840	295.711	324.840
Títulos e valores mobiliários	6.a	295.711	324.840	295.711	324.840
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		22.903.860	19.843.343	23.124.830	19.877.139
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.218.096	540.758	1.218.096	540.758
Títulos e valores mobiliários	6.a	11.818.810	10.911.830	11.818.810	10.911.830
Operações de crédito	8	8.400.991	7.234.145	8.611.250	7.234.145
Outros ativos financeiros	9	1.465.963	1.156.610	1.476.674	1.190.406
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10	(252.028)	(277.550)	(254.534)	(277.550)
Outros ativos	11	421.128	404.337	555.744	475.001
Ativos fiscais diferidos	23.b	1.159.047	1.192.128	1.174.554	1.204.509
Investimentos		199.761	145.187	11.244	11.062
Participações em controladas	12.a	188.517	134.125	-	-
Outros Investimentos	12.b	11.244	11.062	11.244	11.062
Imobilizado		9.843	9.149	29.300	9.162
Imobilizado de uso		18.275	16.924	18.275	16.924
Propriedade para investimentos	3.i	-	-	19.443	-
(Depreciação acumulada)		(8.432)	(7.775)	(8.418)	(7.762)
Intangível	12.c	36.022	27.821	36.022	27.821
Ativos intangíveis		78.212	64.551	78.212	64.551
(Amortização acumulada)		(42.190)	(36.730)	(42.190)	(36.730)
TOTAL DO ATIVO		26.845.860	22.410.017	26.859.323	22.408.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	Explicativas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros					
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		138.224	93.028	138.224	93.028
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	138.224	93.028	138.224	93.028
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		24.576.221	20.319.411	24.554.082	20.283.203
Depósitos	14	16.673.146	13.431.760	16.650.874	13.395.552
Captações no mercado aberto	15	6.190.005	5.566.799	6.190.005	5.566.799
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	792.350	428.066	792.350	428.066
Obrigações por empréstimos e repasses	17	431.994	512.377	431.994	512.377
Dívidas subordinadas	18	199.749	185.756	199.749	185.756
Outros passivos financeiros	19	288.977	194.653	289.110	194.653
Outros passivos		677.191	704.847	707.175	734.423
Provisões	20.a	547.854	631.726	560.787	653.728
Obrigações fiscais diferidas	20.b	103.958	29.798	115.029	34.004
Outros passivos	20.c	25.379	43.323	31.359	46.691
TOTAL DO PASSIVO		25.391.636	21.117.286	25.399.481	21.110.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	1.454.224	1.292.731	1.459.842	1.297.764
Capital social		1.207.777	1.207.777	1.207.777	1.207.777
Reservas de capital		4.326	4.326	4.326	4.326
Reservas de lucros		242.327	87.874	242.327	87.874
Outros resultados abrangentes		(206)	(7.246)	(206)	(7.246)
Participação de acionistas não-controladores		-	-	5.618	5.033
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.845.860	22.410.017	26.859.323	22.408.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
		01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		1.256.039	890.282	1.281.201	890.282
Operações de crédito		434.255	243.312	456.162	243.312
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		883.410	542.876	870.652	542.876
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio		(63.801)	97.266	(47.788)	97.266
Resultado das aplicações compulsórias		2.175	6.828	2.175	6.828
Despesas da intermediação financeira		(1.076.317)	(985.217)	(1.077.495)	(984.647)
Operações de captação de mercado		(992.325)	(1.001.069)	(990.997)	(1.000.499)
Operações de empréstimos e repasses		(29.542)	(13.818)	(29.542)	(13.818)
Resultado de operações com venda ou de transferência de ativos financeiros		-	(5.902)	-	(5.902)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(54.450)	35.572	(56.956)	35.572
Resultado bruto da intermediação financeira		179.722	(94.935)	203.706	(94.365)
Outras receitas (despesas) operacionais		125.600	156.707	111.398	145.731
Receita de prestação de serviços	22.a	29.561	47.926	54.713	64.145
Despesas de pessoal	22.b	(73.866)	(64.412)	(77.485)	(66.580)
Despesas administrativas	22.c	(63.664)	(59.814)	(68.279)	(62.356)
Despesas tributárias		(11.044)	(14.264)	(21.292)	(15.255)
Resultado de participações em controladas	12.a	21.547	21.513	-	-
Resultado de outros investimentos	12.b	1.936	-	1.936	-
Outras receitas operacionais	22.d	256.194	285.173	261.801	285.194
Outras despesas operacionais	22.e	(35.064)	(59.415)	(39.996)	(59.417)
Resultado operacional		305.322	61.772	315.104	51.366
Resultado não operacional	22.f	(4.398)	19.535	(4.398)	19.535
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		300.924	81.307	310.706	70.901
Provisões sobre participações no resultado		(61.349)	(11.195)	(63.711)	(11.854)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		239.575	70.112	246.995	59.047
Imposto de renda e contribuição social	23.a	(85.122)	(28.117)	(91.957)	(17.052)
Provisão para imposto de renda		161.756	(1.936)	159.463	(1.945)
Provisão para contribuição social		-	(2.044)	(803)	(2.050)
Ativo fiscal diferido		-	-	-	-
Passivo fiscal diferido		(246.878)	(24.137)	(250.617)	(13.057)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		154.453	41.995	155.038	41.995
Atribuível aos acionistas controladores		154.453	41.995	154.453	41.995
Atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	585	-
Resultado líquido por ação - R\$		0,0244	0,0066	0,0245	0,0066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Banco Fibra		Fibra Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	154.453	41.995	155.038	41.995
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	12.792	24.401	12.792	24.401
Efeitos tributários	(5.752)	(10.980)	(5.752)	(10.980)
Variação em outros resultados abrangentes	7.040	13.421	7.040	13.421
Total do resultado abrangente do semestre	161.493	55.416	162.078	55.416

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

(Em milhares de reais)

		Banco e Consolidado							
		Reservas de lucros							
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de expansão	Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	-	-	1.252.192
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21		-	-	-	-	-	(119.908)	-	(119.908)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025		1.207.777	4.326	3.161	60.083	(23.155)	(119.908)	-	1.132.284
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	13.421	-	-	13.421
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	41.995	-	41.995
Destinação:									
Reserva legal		21.b	-	-	2.100	-	(2.100)	-	-
Reserva para expansão			-	-	-	39.895	(39.895)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.207.777	4.326	5.261	99.978	(9.734)	(119.908)	-	1.187.700
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.207.777	4.326	10.838	77.036	(7.246)	-	5.033	1.297.764
Ajuste ao valor de mercado - TVM		-	-	-	-	7.040	-	-	7.040
Participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	154.453	585	155.038
Destinação:									
Reserva legal		21.b	-	-	7.723	-	(7.723)	-	-
Reserva para expansão			-	-	-	146.730	(146.730)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		1.207.777	4.326	18.561	223.766	(206)	-	5.618	1.459.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Banco Fibra		Fibra Consolidado		
	Notas	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	
	Explicativas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido ajustado		445.659	27.914	473.413	38.350	
Lucro do semestre		154.453	41.995	155.038	41.995	
Ajustes ao resultado:		291.206	(14.081)	318.375	(3.645)	
Constituição/reversão para perdas com bens não de uso próprio		(87)	(202)	(87)	(202)	
Depreciação e amortização		22.c	6.408	5.648	6.414	5.651
Resultado de participações em controladas		12.a	(21.547)	(21.513)	-	-
Resultado de outros investimentos		12.b	(1.936)	-	(1.936)	-
Rendas de propriedade para investimentos			-	-	(629)	-
Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito			54.450	(35.572)	56.956	(35.572)
Tributos diferidos			246.878	24.137	250.617	13.057
Outros resultados abrangentes			7.040	13.421	7.040	13.421
Variação de ativos e passivos		225.465	(487.254)	185.641	(488.872)	
Aplicações interfinanceiras de liquidez			9.182	(762.613)	9.182	(762.613)
Títulos e valores mobiliários			(2.272.142)	(332.596)	(2.044.282)	(332.594)
Instrumentos financeiros derivativos (ativo/passivo)			55.427	131.547	31.263	131.547
Operações de crédito			(1.246.975)	(713.438)	(1.457.234)	(713.438)
Outros ativos financeiros			(309.331)	140.430	(286.245)	139.977
Outros ativos			(16.570)	13.009	(80.522)	13.017
Ativos fiscais diferidos			(139.637)	(40.927)	(139.637)	(42.733)
Depósitos			3.241.386	1.378.994	3.255.322	1.378.776
Captações no mercado aberto			623.206	(357.939)	623.206	(357.939)
Recursos de aceites e emissão de títulos			364.284	119.689	364.284	119.689
Obrigações por empréstimos e repasses			(80.383)	(53.834)	(80.383)	(53.834)
Provisões			(83.872)	12.168	(92.941)	12.364
Outros Passivos Financeiros			124.122	(81.742)	128.461	(78.702)
Outros passivos			(43.232)	59.998	(44.833)	57.611
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades operacionais		671.124	(459.340)	659.054	(450.522)	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição propriedade de investimento			-	-	(18.814)	-
Dividendos recebidos			23.909	8.817	1.754	-
Aumento de capital em controladas			(55.000)	-	-	-
Aquisição/ redução de imobilizado de uso			(6.151)	(438)	(6.152)	(438)
Aquisição/ redução de intangível		12.c	(13.661)	(3.726)	(13.661)	(3.726)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		(50.903)	4.653	(36.873)	(4.164)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Aumento de dívidas elegíveis a capital			13.993	3.957	13.993	3.957
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamento		13.993	3.957	13.993	3.957	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		634.214	(450.730)	636.174	(450.729)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		4	768.666	814.856	768.710	814.895
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		4	1.402.880	364.126	1.404.884	364.166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fibra S.A. (Banco Fibra) é uma instituição financeira autorizada a operar como Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras comercial, de câmbio, de investimentos, crédito e financiamento e de administração de clubes de investimentos, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501 - 14º e 15º andar (parte), Pinheiros, São Paulo-SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrante no mercado financeiro, sendo que determinadas transações envolvem a participação ou intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

O Banco Fibra S.A. é controlado diretamente pela Elisabeth S.A Indústria Têxtil, sendo que o controlador final do grupo econômico é o Espólio de Dorothea Steinbruch. O Banco Fibra é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen).

O Banco Fibra tem como política de proteger o seu patrimônio líquido contra os efeitos das variações cambiais decorrentes do seu investimento realizado na agência em Grand Cayman (*full-branch*). Para isso, mantém posição vendida em dólares americanos, em montante considerado suficiente para neutralizar os impactos no resultado do período.

O Banco Fibra é uma instituição financeira com atuação no segmento B2B, voltada para os setores Corporate, Agronegócio e Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Fundado em 1988, o Banco desenvolve soluções financeiras com foco em agilidade, segurança e conhecimento técnico, mantendo relacionamento pautado pela confiança e transparência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais (Banco) e consolidadas do Banco Fibra (Consolidado), que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif). Adicionalmente, foram aplicados os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo CMN ou pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras do Banco Fibra estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Fibra, suas controladas e sua agência no exterior, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.524/16. As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais no momento do reconhecimento inicial, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. As variações cambiais decorrentes dessas transações, bem como da conversão de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado do semestre.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 18 de agosto de 2026.

a. Novas Normas Contábeis e Alterações Normativas Aplicáveis**I - Aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2026****i) - Reforma Tributária**

A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituiu a Reforma Tributária sobre o Consumo, promovendo alterações relevantes na sistemática de incidência dos tributos sobre bens e serviços. A implementação do novo modelo ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033.

A Administração avalia que os principais efeitos esperados da reforma estão relacionados à simplificação do sistema tributário, à redução dos custos de conformidade e ao aumento da segurança jurídica, fatores que tendem a contribuir para ganhos de eficiência econômica e melhoria do ambiente de negócios no longo prazo.

O novo modelo também introduz mudanças nos mecanismos de arrecadação e gestão dos créditos tributários, incluindo o uso de documentos fiscais eletrônicos mais sofisticados e a adoção de sistemas de recolhimento automático dos tributos incidentes sobre o consumo, por meio do mecanismo de *split payment*. Essas alterações têm potencial para aumentar a eficiência da arrecadação e reduzir riscos de inadimplência e de não conformidade tributária, ao mesmo tempo em que demandam adaptações tecnológicas e fortalecimento dos controles e sistemas de informação.

Sob a perspectiva empresarial, a reforma poderá impactar a dinâmica financeira das operações, especialmente em relação à gestão de liquidez e ao fluxo de caixa, exigindo adequações em processos, controles internos e sistemas corporativos.

Para o setor financeiro, a legislação estabeleceu regime específico para as operações de crédito. Com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não identifica expectativa de aumento relevante da carga tributária incidente sobre o custo do crédito ao tomador final quando comparada ao modelo atualmente vigente. Por outro lado, determinados serviços financeiros sujeitos ao regime geral de tributação poderão experimentar alterações em sua carga tributária, podendo resultar em ajustes graduais nas estratégias de precificação ao longo do período de transição.

Até a presente data, os impactos identificados concentram-se predominantemente no âmbito operacional, especialmente aqueles relacionados à adequação de sistemas, processos, cadastros e controles internos aos novos requisitos legais e regulatórios. A Administração acompanha continuamente a evolução da regulamentação e da implementação da reforma, promovendo as adaptações necessárias em sua infraestrutura operacional, tecnológica e de governança.

Com base nas avaliações efetuadas até o momento e considerando o estágio atual de regulamentação e implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos atualmente observados essencialmente relacionados ao processo de adaptação operacional e tecnológica requerido pela nova legislação.

ii) Lei 14.467 - Impostos Correntes e Diferidos

A Lei nº 14.467, de 17 de novembro de 2022, introduziu alterações nas regras de dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos oriundos das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

As alterações visam alinhar as normas contábeis e tributárias, buscando reduzir distorções associadas ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos balanços das instituições financeiras.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Principais disposições da nova legislação:

A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições financeiras passaram a deduzir, na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas em operações de crédito inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas (PJ) em processo de falência ou recuperação judicial, observada a sistemática prevista na legislação:

i) A operação será considerada inadimplida e passível de dedução fiscal após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou encargos, independentemente da data de contratação.

A perda dedutível será apurada mensalmente, limitada ao valor total do crédito, conforme a seguinte regra:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês de inadimplência;
- Soma do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, também sobre o valor total do crédito;
- Subtração dos valores já deduzidos em períodos anteriores.

ii) O valor da perda dedutível com PJ em processo falimentar ou em recuperação judicial será:

- Recuperação Judicial: a parcela do valor do crédito que exceder o montante que o devedor tenha se comprometido a pagar;
- Falência: valor total do crédito.

b) Encargos financeiros

- Devem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros reconhecidos como receita após a decretação de falência ou deferimento da recuperação judicial.
- Caso esses encargos se tornem disponíveis dentro do período legal, devem ser adicionados à base de cálculo.

c) Recuperação de créditos

- Os valores recuperados, mesmo que por meio de pagamento indireto ou arresto de bens em garantia, devem ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independentemente do período ou natureza da recuperação.

d) Perdas não dedutíveis

Não são dedutíveis as perdas em operações de crédito realizadas com:

- Controladores (PJ ou Pessoas Físicas - PF), diretores, membros de órgãos estatutários ou contratuais, e seus parentes até segundo grau;
- PF com participação societária direta ou indireta igual ou superior a 15%;
- PJ coligadas, controladas ou com controle operacional efetivo, mesmo sem participação societária relevante;
- Operações com residentes ou domiciliados no exterior.

e) Efeitos da Nova Legislação Tributária

A nova Lei produz efeitos fiscais sobre as perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas reconhecidas anteriormente à sua vigência passaram a ser realizados a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 ou 1/120 ao mês. Informações adicionais sobre os efeitos da Lei e a expectativa de realização dos créditos tributários estão divulgadas na Nota Explicativa 23.b.

II - Aplicáveis a partir ou após 1 de janeiro de 2027**a) - Resoluções CMN nº 5.185/2024 e 5.252/2025 - Ativos e Passivos de Sustentabilidade**

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2028.

b) - Resolução CMN nº 4.966/2021 - Hedge Accounting e Renegociação e Reestruturação*Hedge Accounting*

Os requisitos de *hedge accounting* visam refletir, nas demonstrações financeiras, os efeitos da gestão de riscos adotada pela instituição, por meio da utilização de instrumentos financeiros para mitigar exposições que impactam o resultado da entidade.

As operações de hedge deverão ser reclassificadas para as novas categorias abaixo a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme descrito abaixo:

A Administração ainda está avaliando os possíveis impactos decorrentes da adoção das respectivas novas normas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a. Participação em Controladas**

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Fibra S.A., sua dependência no exterior, empresas controladas e dos fundos de investimentos:

Controladas Diretas	Atividade	Participação
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	99,999%
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	Aquisição de créditos imobiliários	100,00%
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	Administração e corretagem de seguros	99,999%
Fibra Comercializadora de Energia Ltda.	Comercialização de energia elétrica	99,999%

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Fundos de investimento incluídos na consolidação, sobre os quais o Banco Fibra exerce controle

	Participação
Fibra Golem d360 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiros Multimercado CR	100,00%
Exa Terras Brasil I FI nas Cadeias Produtivas do Agronegócio - FIAGRO	75,00%
Fibra Rubicon FIDC Resp LTDA	100,00%

Influência Significativa

Núcleo S.A	Outras	0,60%
------------	--------	-------

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, foram eliminados os saldos e os resultados das transações entre o Banco Fibra e suas controladas, bem como de eventuais lucros não realizados, decorrentes de operações entre as entidades do grupo.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas com base no regime de competência. Os efeitos das operações sujeitas à variação monetária são reconhecidos em base "pro-rata" dia.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimento original igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação, que estejam sujeitas a risco insignificante de alteração no valor justo (Nota 4).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. Quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado. As aplicações em moeda estrangeira são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos calculados com base "pro-rata" dia e das variações cambiais, auferidas até as datas dos balanços (Nota 5).

f. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros do Banco Fibra são classificados e mensurados de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução BCB nº 352/2023. A definição da categoria contábil aplicável baseia-se no modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e na avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais, por meio do teste de SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*). Em função desses critérios, os ativos são classificados nas categorias de Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

(i) Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração dos ativos financeiros são realizadas com base no modelo de negócios adotado para sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- manter os ativos para negociação.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(ii) Avaliação dos fluxos de caixa contratuais quanto à exclusividade de pagamento de principal e juros (Teste SPPI)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios voltado para receber os fluxos de caixa contratuais ou para receber os fluxos de caixa contratuais e venda, é necessário realizar o teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Para que esse critério seja atendido, os fluxos de caixa devem refletir apenas a remuneração pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado.

(iii) Mensuração ao Custo Amortizado (CA)

Um ativo financeiro, desde que não designado para mensuração ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, será mensurado ao custo amortizado quando forem atendidas simultaneamente as seguintes condições:

- O ativo é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento financeiro preveem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iv) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Ativos financeiros administrados com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros, e também por meio da venda, são classificados nesta categoria, desde que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido em modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto por meio do recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda, com transferência substancial de riscos e benefícios;
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica Outros resultados abrangentes.

(v) Mensuração de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

Ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(vi) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que sejam mensurados ao valor justo por meio do resultado ou designados como tal. Nesses casos, aplicam-se as seguintes classificações:

- Derivativos que representem passivos financeiros, os quais devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros originados em operações de empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos decorrentes da transferência de ativos financeiros VJR, não qualificados para baixa;
- Garantia financeira mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, deduzido do valor acumulado da receita reconhecida, conforme regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(vii) Taxa de Juros Efetiva (TJE)

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os fluxos futuros estimados de recebimentos ou pagamentos de caixa ao longo da vida esperada de um ativo ou passivo financeiro, de forma a igualá-los ao valor contábil bruto do ativo financeiro (isto é, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para perdas) ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2025, foram reconhecidos com base no método da taxa de juros efetiva. As operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuam sendo reconhecidas pela taxa contratual, conforme a vigência dos contratos.

(viii) Provisão para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perdas esperadas segue os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023, considerando perdas incorridas em instrumentos financeiros, tanto para operações adimplidas quanto inadimplidas, conforme disposto no artigo 76. A norma exige a aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a constituição de provisão adicional conforme o tipo de carteira e os percentuais mínimos exigidos.

Os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5, de acordo com as características das operações de crédito e das garantias prestadas, conforme previsto no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023. Essa classificação reflete o grau de risco das operações e tem como principal finalidade orientar o cálculo da provisão mínima exigida.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, são incorporadas à mensuração da provisão as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Essas perdas decorrem de um ou mais eventos identificáveis ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados, desde que possam ser mensurados de forma confiável.

Ainda segundo a Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, conforme a evolução do risco de crédito:

Estágio 1: Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito, em curso normal ou com atraso inferior a 30 dias no pagamento. As perdas de crédito esperadas são registradas para os próximos 12 meses.

Estágio 2: Ativos com aumento significativo no risco de crédito, mas sem evidência de perda. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Inadimplência (PD) inicial e a PD corrente.

Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

As perdas associadas ao risco de crédito são mensuradas individual ou coletivamente. Nas avaliações individuais, o Banco considera a situação econômico-financeira da contraparte, a qualidade das garantias e demais informações relevantes. Nas avaliações coletivas, os ativos são agrupados com base em características similares de risco de crédito, considerando a experiência histórica de perdas e as condições existentes na data da avaliação.

(ix) Ativo Problemático e Stop Accrual

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, os ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, caracterizados por atraso superior a 90 dias ou evidência de inadimplência, ficam sujeitos ao procedimento de stop accrual, com reconhecimento de receitas suspenso a partir de sua classificação no Estágio 3, com reconhecimento no resultado apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

(x) Perímetro de Aplicação e modelo de estimativa para fins de apuração da perda esperada

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias custo amortizado, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como riscos e compromissos contingentes.

O modelo de perda de crédito esperada adotado pelo Banco Fibra está fundamentado na construção de cenários de perda, considerando as características dos produtos e sua classificação nos respectivos estágios de risco. A mensuração é realizada com base nos seguintes parâmetros:

PD (Probabilidade de Inadimplência)

LGD (Perda Dada a Inadimplência)

EAD (Exposição a perda/saldo da operação)

O cálculo da perda esperada utiliza esses parâmetros de forma integrada, podendo haver distinções metodológicas entre instrumentos com limite rotativo (a consumir) e instrumentos com amortização parcelada.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados, o Banco aplica sua experiência na construção de modelos internos, utilizados tanto para fins regulatórios quanto para suporte à gestão de risco e tomada de decisão.

(xi) Baixa do Ativo Financeiro

A baixa de um ativo financeiro é realizada quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram, ou quando esses direitos são transferidos juntamente com substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo.

Dado os estudos realizados pelo Banco Fibra, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 360 dias de atraso, exceto a carteira C4 que é baixada com 270 dias de atraso.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(xii) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 introduziram alterações no tratamento contábil aplicável à carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Os principais aspectos dessas alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada ao valor justo (*fair value*), com os efeitos de sua atualização reconhecidos diretamente no resultado do período.
- Registro das operações: as operações de compra e venda de moeda estrangeira são registradas de forma segregada, de acordo com sua natureza (operações próprias ou de clientes), em observância ao regime de competência, refletindo adequadamente os ativos e passivos cambiais associados.

f. Bens não destinados a uso

Os bens recebidos em dação de pagamento, decorrentes da execução de garantias vinculadas a operações de crédito são registrados na rubrica Outros Valores e Bens. Para esses ativos, são constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

g. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, principalmente, a comissões incidentes sobre captação de Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra Financeira (LF), sendo controladas individualmente por contrato. As comissões são apropriadas ao resultado, conforme com o prazo de vigência dos respectivos contratos (Nota 11).

h. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas e coligadas são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados apurados são reconhecidos na rubrica de resultado de participações em controladas. Os demais investimentos são mensurados pelo custo de aquisição, ajustado ao valor recuperável, quando aplicável (Notas 12.a e 12.b).

i. Imobilizado, propriedade para investimentos e intangível**Propriedade para investimentos**

Os Imóveis para propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

Imobilizado de uso

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens.

A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

- Veículos e sistema de computação – 20% ao ano;
- Instalações, móveis e equipamentos de uso, sistemas de comunicação e sistemas de segurança – 10% ao ano;
- Benfeitorias em imóveis de terceiros – a depreciação é calculada com base no prazo de vigência dos respectivos contratos de aluguel;

Intangível

• O ativo intangível corresponde, principalmente, aos gastos com desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano, ao longo do período estimado de geração de benefícios econômicos futuros.

j. Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

k) Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais (R\$ 120 no semestre), e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% sobre o lucro contábil ajustado. O detalhamento dos seus efeitos está demonstrado na Nota 23.a.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica Ativos fiscais diferidos.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e sobre base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, calculados sobre diferenças temporárias, são registrados na rubrica Obrigações fiscais diferidas.

Os créditos tributários são reconhecidos quando sua realização é considerada provável, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de realização, apresentada na Nota 23.b, está suportada por projeções de resultados e estudo técnico específico.

l. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais foram efetuados para o período findo em 30 de junho de 2026, baseadas nos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25 (Nota 24).

Provisões para riscos: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal; e

Depósitos judiciais: são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

m. Passivo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas até as datas dos balanços.

n. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação do intangível, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para desvalorização de certos ativos, imposto de renda e contribuição social diferido ativo, provisão para contingências, valorização, desvalorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e definição de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Fibra revisa as estimativas e premissas periodicamente.

o. Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o Banco Fibra acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Inclui instrumentos financeiros cujos preços são cotados em mercados ativos, com elevada liquidez, para ativos ou passivos idênticos. A carteira classificada neste nível é composta por títulos públicos federais, derivativos listados e outros ativos negociados em mercados organizados.

Nível 2: Refere-se a instrumentos financeiros cujo valor justo é determinado com base em dados observáveis, porém não provenientes de preços cotados de ativos idênticos. A mensuração é realizada por meio de plataformas de precificação reconhecidas no mercado, utilizando curvas de juros, spreads de crédito e ratings de contraparte que reflitam a qualidade creditícia dos emissores. Os derivativos de balcão são precificados com base nas curvas e preços disponibilizados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os títulos privados são avaliados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros livres de risco acrescidas de spreads de crédito.

Nível 3: Compreende ativos e passivos cujo valor justo é mensurado com base em premissas não observáveis, devido à baixa liquidez ou ausência de mercado ativo. A entidade utiliza modelos internos de avaliação, fundamentados em premissas conservadoras e informações disponíveis que sejam consideradas confiáveis. São classificados neste nível os títulos privados que apresentam alterações significativas no risco de crédito ou cuja negociação no mercado é substancialmente limitada.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades ⁽¹⁾	191.150	243.456	193.154	243.500
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽²⁾	1.211.730	525.210	1.211.730	525.210
Aplicações no Mercado Aberto	1.199.999	275.000	1.199.999	275.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.731	30.093	11.731	30.093
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	220.117	-	220.117
Total de Caixa e equivalentes de caixa	1.402.880	768.666	1.404.884	768.710

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2026, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2026, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco e Consolidado			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total em 30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.211.730	6.366	-	1.218.096
Aplicações no Mercado Aberto	1.199.999	-	-	1.199.999
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.199.999	-	-	1.199.999
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.731	6.366	-	18.097
Certificados de depósitos interfinanceiros	-	6.366	-	6.366
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	11.731	-	-	11.731
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	-	-	-
				220.117

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários

a1. Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de mercado e custo.

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Banco						Valor de Mercado
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abertura por vencimento				
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Títulos públicos	8.821.666	8.820.083	-	874.578	1.224.798	6.720.707	8.786.754
Letras do tesouro nacional - LTN	293.104	293.104	-	-	-	293.104	275.040
Notas do tesouro nacional - NTN ⁽¹⁾	6.970.752	6.969.169	-	874.578	1.214.553	4.880.038	6.974.176
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 13)	1.557.810	1.557.810	-	-	10.245	1.547.565	1.537.538
Títulos privados	2.998.727	2.998.727	-	103.179	434.379	2.461.169	2.125.076
Certificado de produto rural - CPR	836.041	836.041	-	76.691	250.541	508.809	373.979
Debêntures	591.370	591.370	-	-	-	591.370	541.633
Letra Financeira - LF	48.843	48.843	-	-	-	48.843	130.257
Nota Comercial	1.303.507	1.303.507	-	26.488	183.838	1.093.181	973.057
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	20.565	20.565	-	-	-	20.565	26.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	51.174	51.174	-	-	-	51.174	57.082
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	20.122	20.122	-	-	-	20.122	-
Letra Financeira Subordinada - LFS	89.774	89.774	-	-	-	89.774	-
CDI - Certificado de depósitos interbancário	37.331	37.331	-	-	-	37.331	22.618
Total	11.820.393	11.818.810	-	977.757	1.659.177	9.181.876	10.911.830

Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Banco						
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	30/06/2026				31/12/2025
			Abertura por vencimento				
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de Mercado
Títulos públicos	235.877	234.215	-	196.388	30.922	6.905	266.779
Letras financeiras do tesouro - LFT	193.227	193.261	-	193.261	-	-	180.868
Notas do tesouro nacional - NTN	42.650	40.954	-	3.127	30.922	6.905	85.911
Títulos privados	59.308	61.496	-	-	-	61.496	58.061
Títulos no exterior	24.952	24.966	-	-	-	24.966	58.061
Debêntures	34.356	36.530	-	-	-	36.530	-
Total	295.185	295.711	-	196.388	30.922	68.401	324.840

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Banco						Valor de Mercado
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	30/06/2026				
			Abertura por vencimento				
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Títulos privados	1.691.280	1.746.281	670.277	-	-	1.076.004	351.990
Títulos no exterior	29.505	295	-	-	-	295	314
Cotas de fundos de investimentos	600.973	670.277	670.277	-	-	-	351.676
Debêntures	1.060.802	1.075.709	-	-	-	1.075.709	-
Total	1.691.280	1.746.281	670.277	-	-	1.076.004	351.990
Total da Carteira	13.806.858	13.860.802	670.277	1.174.145	1.690.099	10.326.281	11.588.660

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Consolidado						
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	30/06/2026				31/12/2025
			Abertura por vencimento				
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de Mercado
Títulos públicos	8.821.666	8.820.083	-	874.578	1.224.798	6.720.707	8.786.754
Letras do tesouro nacional - LTN	293.104	293.104	-	-	-	293.104	275.040
Notas do tesouro nacional - NTN ⁽¹⁾	6.970.752	6.969.169	-	874.578	1.214.553	4.880.038	6.974.176
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 13)	1.557.810	1.557.810	-	-	10.245	1.547.565	1.537.538
Títulos privados	2.998.727	2.998.727	-	103.179	434.379	2.461.169	2.125.076
Certificado de produto rural - CPR	836.041	836.041	-	76.691	250.541	508.809	373.979
Debêntures	591.370	591.370	-	-	-	591.370	541.633
Letra Financeira - LF	48.843	48.843	-	-	-	48.843	130.257
Nota Comercial	1.303.507	1.303.507	-	26.488	183.838	1.093.181	973.057
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	20.565	20.565	-	-	-	20.565	26.450
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	51.174	51.174	-	-	-	51.174	57.082
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	20.122	20.122	-	-	-	20.122	-
Letra Financeira Subordinada - LFS	89.774	89.774	-	-	-	89.774	-
CDI - Certificado de depósitos interbancário	37.331	37.331	-	-	-	37.331	22.618
Total	11.820.393	11.818.810	-	977.757	1.659.177	9.181.876	10.911.830

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Consolidado						
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abertura por vencimento				Valor de Mercado
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Títulos públicos	235.877	234.215	-	196.388	30.922	6.905	266.779
Letras financeiras do tesouro - LFT	193.227	193.261	-	193.261	-	-	180.868
Notas do tesouro nacional - NTN	42.650	40.954	-	3.127	30.922	6.905	85.911
Títulos privados	59.308	61.496	-	-	-	61.496	58.061
Títulos no exterior	24.952	24.966	-	-	-	24.966	58.061
Debêntures	34.356	36.530	-	-	-	36.530	-
Total	295.185	295.711	-	196.388	30.922	68.401	324.840

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado						
	Valor do Custo Amortizado	Valor de Mercado	Abertura por vencimento				Valor de Mercado
			Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Títulos privados	1.507.397	1.520.415	579.324	-	-	941.091	353.984
Títulos no exterior	29.505	295	-	-	-	295	314
Cotas de fundos de investimentos	537.090	579.324	579.324	-	-	-	353.670
Debêntures	940.802	940.796	-	-	-	940.796	-
Total	1.507.397	1.520.415	579.324	-	-	941.091	353.984
Total da Carteira	13.622.975	13.634.936	579.324	1.174.145	1.690.099	10.191.368	11.590.654

(1) Inclui R\$ 1.583 de marcação dos títulos reclassificados da categoria "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes" para "custo amortizado".

a2. Composição da carteira considerando os níveis hierárquicos.

Títulos e valores mobiliários	Banco				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
Títulos públicos	9.054.298	-	-	9.054.298	9.053.533
Custo Amortizado	8.820.083	-	-	8.820.083	8.786.754
Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	234.215	-	-	234.215	266.779
Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	4.806.504	-	4.806.504	2.535.127
Custo Amortizado	-	2.998.727	-	2.998.727	2.125.076
Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	-	61.496	-	61.496	58.061
Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.746.281	-	1.746.281	351.990
Total	9.054.298	4.806.504	-	13.860.802	11.588.660

Títulos e valores mobiliários	Consolidado				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
Títulos públicos	9.054.298	-	-	9.054.298	9.053.533
Custo Amortizado	8.820.083	-	-	8.820.083	8.786.754
Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	234.215	-	-	234.215	266.779
Valor Justo por Meio do Resultado	-	-	-	-	-
Títulos privados	-	4.580.638	-	4.580.638	2.537.121
Custo Amortizado	-	2.998.727	-	2.998.727	2.125.076
Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	-	61.496	-	61.496	58.061
Valor Justo por Meio do Resultado	-	1.520.415	-	1.520.415	353.984
Total	9.054.298	4.580.638	-	13.634.936	11.590.654

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Fibra realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, voltadas tanto às suas próprias necessidades quanto às de seus clientes. Essas operações têm como objetivo principal reduzir a exposição a riscos relacionados a mercado, moeda e taxas de juros. O gerenciamento desses riscos é feito por meio da definição de limites e da adoção de estratégias específicas, conforme detalhado na Nota 7.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b1. Instrumentos Financeiros Derivativos por indexador

	Banco					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Contrato de Swap						
Ativo	1.061.183	13.646	103.466	983.068	11.524	80.220
Juros	996.933	12.377	102.119	797.554	9.592	78.065
Moeda Estrangeira	54.250	582	618	175.514	1.951	2.129
Prefixado	10.000	687	729	10.000	(19)	26
Passiva	259.840	5.835	(26.495)	380.830	3.364	(16.310)
Juros	50.192	2	(17)	5.830	327	(107)
Moeda Estrangeira	19.648	989	(1.047)	375.000	3.037	(16.203)
Prefixado	190.000	4.844	(25.431)	-	-	-
Contrato de Opções						
Ativo	326.126	7.714	5.915	260.827	3.063	572
Moeda Estrangeira	326.126	7.714	5.915	260.827	3.063	572
Passiva	394.456	9.747	(5.896)	262.291	3.237	(1.492)
Moeda Estrangeira	394.456	9.747	(5.896)	262.291	3.237	(1.492)
Contrato de Termo						
Ativo	2.350.522	22.667	24.764	4.030.901	59.004	62.614
Moeda Estrangeira	1.559.974	12.805	13.186	2.630.940	40.123	41.063
Prefixado	772.964	7.428	8.688	1.364.238	16.826	19.530
Commodities	17.584	2.434	2.890	35.723	2.055	2.021
Passiva	3.742.228	104.981	(105.819)	2.524.200	71.816	(75.195)
Moeda Estrangeira	2.925.925	68.083	(67.066)	1.835.923	56.264	(60.627)
Prefixado	787.751	35.048	(36.644)	601.612	11.093	(10.173)
Commodities	28.552	1.850	(2.109)	86.665	4.459	(4.395)
Contratos de Câmbio						
Ativo	225.314	-	746	44.383	-	581
Moeda Estrangeira	225.314	-	746	44.383	-	581
Passiva	12.877	-	(25)	55.856	-	(57)
Moeda Estrangeira	12.877	-	(25)	55.856	-	(57)
Outros Instrumentos Financeiros						
Ativo	-	-	194	-	-	1.329
Outros	-	-	194	-	-	1.329
Passiva	-	-	11	-	-	26
Outros	-	-	11	-	-	26
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Ativa	3.963.145	44.027	135.085	5.319.179	73.591	145.316
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Passiva	4.409.401	120.563	(138.224)	3.223.177	78.417	(93.028)

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo
Contrato de Swap						
Ativo	1.061.183	13.646	103.466	983.068	11.524	80.220
Juros	996.933	12.377	102.119	797.554	9.592	78.065
Moeda Estrangeira	54.250	582	618	175.514	1.951	2.129
Prefixado	10.000	687	729	10.000	(19)	26
Passiva	259.840	5.835	(26.495)	380.830	3.364	(16.310)
Juros	50.192	2	(17)	5.830	327	(107)
Moeda Estrangeira	19.648	989	(1.047)	375.000	3.037	(16.203)
Prefixado	190.000	4.844	(25.431)	-	-	-
Contrato de Opções						
Ativo	326.126	7.714	5.915	260.827	3.063	572
Moeda Estrangeira	326.126	7.714	5.915	260.827	3.063	572
Passiva	394.456	9.747	(5.896)	262.291	3.237	(1.492)
Moeda Estrangeira	394.456	9.747	(5.896)	262.291	3.237	(1.492)
Contrato de Termo						
Ativo	2.350.522	22.667	24.764	4.030.901	59.004	62.614
Moeda Estrangeira	1.559.974	12.805	13.186	2.630.940	40.123	41.063
Prefixado	772.964	7.428	8.688	1.364.238	16.826	19.530
Commodities	17.584	2.434	2.890	35.723	2.055	2.021
Passiva	3.742.228	104.981	(105.819)	2.524.200	71.816	(75.195)
Moeda Estrangeira	2.925.925	68.083	(67.066)	1.835.923	56.264	(60.627)
Prefixado	787.751	35.048	(36.644)	601.612	11.093	(10.173)
Commodities	28.552	1.850	(2.109)	86.665	4.459	(4.395)
Contratos de Câmbio						
Ativo	225.314	-	746	44.383	-	581
Moeda Estrangeira	225.314	-	746	44.383	-	581
Passiva	12.877	-	(25)	55.856	-	(57)
Moeda Estrangeira	12.877	-	(25)	55.856	-	(57)
Outros Instrumentos Financeiros						
Ativo	-	-	37.992	-	-	14.963
Outros	-	-	37.992	-	-	14.963
Passiva	-	-	11	-	-	26
Outros	-	-	11	-	-	26
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Ativa	3.963.145	44.027	172.883	5.319.179	73.591	158.950
Instrumentos financeiros derivativos - Posição Passiva	4.409.401	120.563	(138.224)	3.223.177	78.417	(93.028)

b2. Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais, por vencimento

	Banco e Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial
Contratos de Futuros				
Ativo	9.782.680	-	-	4.644.085
Commodities	24.524	-	-	546
Moeda Estrangeira	5.208.936	-	-	1.859.087
Juros	4.549.220	-	-	2.784.452
Passiva	4.636.610	-	-	5.807.233
Commodities	45.900	-	-	73.286
Moeda Estrangeira	2.750.175	-	-	3.843.677
Juros	1.840.535	-	-	1.890.270

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Acima de 12 meses							
	Até 3 meses	3 a 12 meses	meses	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	25.635	12.217	97.233	135.085	59.442	11.411	74.463	145.316
Contratos a Termo	19.612	4.531	621	24.764	51.528	9.146	1.940	62.614
Contratos de Opções	381	5.368	166	5.915	-	-	572	572
Contratos de Swap	4.702	2.318	96.446	103.466	6.608	1.663	71.949	80.220
Contratos de Câmbio	746	-	-	746	581	-	-	581
Outros	194	-	-	194	725	602	2	1.329
Posição passiva	(67.577)	(38.764)	(31.883)	(138.224)	(40.944)	(29.501)	(22.583)	(93.028)
Contratos a Termo	(65.147)	(36.820)	(3.852)	(105.819)	(40.636)	(29.395)	(5.164)	(75.195)
Contratos de Opções	(1.907)	(1.853)	(2.136)	(5.896)	-	-	(1.492)	(1.492)
Contratos de Swap	(509)	(91)	(25.895)	(26.495)	(277)	(106)	(15.927)	(16.310)
Contratos de Câmbio	(25)	-	-	(25)	(57)	-	-	(57)
Outros	11	-	-	11	26	-	-	26

	Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Acima de 12 meses							
	Até 3 meses	3 a 12 meses	meses	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Posição ativa	25.635	44.148	103.100	172.883	61.081	20.678	77.191	158.950
Contratos a Termo	19.612	4.531	621	24.764	51.528	9.146	1.940	62.614
Contratos de Opções	381	5.368	166	5.915	-	-	572	572
Contratos de Swap	4.702	2.318	96.446	103.466	6.608	1.663	71.949	80.220
Contratos de Câmbio	746	-	-	746	581	-	-	581
Outros	194	31.931	5.867	37.992	2.364	9.869	2.730	14.963
Posição passiva	(67.577)	(38.764)	(31.883)	(138.224)	(40.944)	(29.501)	(22.583)	(93.028)
Contratos a Termo	(65.147)	(36.820)	(3.852)	(105.819)	(40.636)	(29.395)	(5.164)	(75.195)
Contratos de Opções	(1.907)	(1.853)	(2.136)	(5.896)	-	-	(1.492)	(1.492)
Contratos de Swap	(509)	(91)	(25.895)	(26.495)	(277)	(106)	(15.927)	(16.310)
Contratos de Câmbio	(25)	-	-	(25)	(57)	-	-	(57)
Outros	11	-	-	11	26	-	-	26

	Banco e Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Acima de 12 meses							
	Até 3 meses	3 a 12 meses	meses	Total em 30/06/2026	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total em 31/12/2025
Valor de referência - Compensação	13.477.177	3.180.120	6.134.539	22.791.836	11.859.201	2.622.677	4.511.796	18.993.674
Contratos a Termo	5.256.792	733.980	101.978	6.092.750	5.494.646	840.483	219.972	6.555.101
Contratos de Futuros	7.552.598	1.966.068	4.900.624	14.419.290	5.384.122	1.689.667	3.377.529	10.451.318
Contratos de Opções	325.151	374.725	20.706	720.582	501.108	-	22.010	523.118
Contratos de Swap	104.445	105.347	1.111.231	1.321.023	379.086	92.527	892.285	1.363.898
Contratos de Câmbio	238.191	-	-	238.191	100.239	-	-	100.239

b3. Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte e Mercado de Negociação

	Banco e Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Swap	Opções	Futuros	Contratos a Termo	Swap	Opções	Futuros	Contratos a Termo
B3	-	-	14.351.302	-	-	-	10.375.744	-
Bolsas no exterior	-	-	67.988	-	-	-	75.574	-
Bolsas	-	-	14.419.290	-	-	-	10.451.318	-
Instituições Financeiras	60.000	-	-	-	60.000	-	-	-
Empresas	1.124.190	720.582	-	6.056.038	1.140.713	523.118	-	6.508.293
Partes Relacionadas	136.833	-	-	36.712	163.185	-	-	46.808
Balcão	1.321.023	720.582	-	6.092.750	1.363.898	523.118	-	6.555.101
Total	1.321.023	720.582	14.419.290	6.092.750	1.363.898	523.118	10.451.318	6.555.101

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b4. Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Título	859.028	904.377
LFT - Letra financeira do tesouro	151.787	139.323
NTN - Notas do tesouro nacional	669.911	742.436
CDI - Certificado de depósitos interbancário	37.330	22.618
Recursos em espécie	31.220	29.857
Moeda estrangeira	31.220	29.857
Cotas de fundo de investimento	45.354	42.416
Fundo de Investimento B3	45.354	42.416

c. Estrutura de hedge accounting

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, as operações classificadas como "hedge" são realizadas com instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura previstas. Tais operações são classificadas como "hedge de risco de mercado" quando visam compensar variações no valor de mercado, ou como "hedge de fluxo de caixa" quando têm por finalidade compensar variações no fluxo de caixa estimado da instituição.

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, um instrumento de "hedge" é considerado efetivo quando as variações no seu valor de mercado ou no fluxo de caixa compensam, em intervalo entre 80% e 125%, as variações correspondentes do item objeto de "hedge".

A efetividade da estrutura de "hedge" é medida mensalmente, e suas evidências são apresentadas em comitê de gestão de risco. A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2026 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo Bacen.

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	1.402.489	1.533.333
Titulos no exterior	1.402.489	1.533.333
Instrumento	1.380.564	1.591.590
Futuro de cupom de cambial DDI	1.380.564	1.591.590

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Passivo	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	3.114.399	389.906
Captações locais	3.114.399	389.906
Instrumento	3.154.731	392.112
Futuro de taxa média de DI	3.154.731	392.112

7. GESTÃO DE RISCOS E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O Banco Fibra mantém estrutura integrada de gerenciamento de riscos e de capital compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de seus produtos e serviços, o porte da Instituição e seu perfil de risco, em conformidade com a regulamentação aplicável e com as melhores práticas de governança corporativa.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das diretrizes estratégicas, das políticas de gerenciamento de riscos e de capital e da Declaração de Appetite por Riscos (RAS), estabelecendo os níveis de exposição a riscos considerados compatíveis com os objetivos estratégicos e com a capacidade da Instituição de absorver perdas.

A gestão dos riscos é conduzida pela Diretoria de Riscos, Capital e Contabilidade, que atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e reporte dos riscos inerentes às atividades da Instituição. A estrutura contempla o gerenciamento integrado dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático. A avaliação integrada dos riscos ocorre por meio do Comitê de Gestão de Riscos, responsável pela análise das exposições relevantes, pelo acompanhamento dos limites estabelecidos e pela discussão de temas relacionados à gestão prudencial da Instituição, assegurando alinhamento entre a estratégia de negócios e o apetite por riscos aprovado.

O gerenciamento de capital compreende o processo contínuo de planejamento, avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, considerando os riscos aos quais está exposta, o ambiente econômico e regulatório e os objetivos estratégicos definidos pela Administração.

O Plano de Capital é elaborado anualmente, com horizonte prospectivo mínimo de três anos, contemplando projeções de crescimento dos negócios, resultados, composição patrimonial, níveis de capital e exposição aos principais riscos. O plano considera diferentes cenários econômicos e de mercado, permitindo avaliar a capacidade da Instituição de manter níveis adequados de capital para suportar suas atividades e estratégias de crescimento.

A suficiência de capital é monitorada de forma contínua pela estrutura de gerenciamento de capital, que avalia a adequação dos recursos próprios em relação às exigências regulatórias, ao apetite por riscos e ao planejamento estratégico da Instituição. Os resultados dessas avaliações são reportados periodicamente ao Comitê de Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos esperados, aos custos de recuperação de crédito ou à desvalorização de exposições sujeitas a esse risco.

A gestão do risco de crédito tem por objetivo assegurar a adequada identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação das exposições da Instituição, observando os limites de risco estabelecidos e a adequada relação entre risco e retorno das operações.

O processo de concessão, manutenção e monitoramento de crédito é suportado por metodologias, modelos estatísticos, sistemas especializados e critérios técnicos de avaliação, que consideram informações cadastrais, econômico-financeiras, histórico de relacionamento, características das operações e condições de mercado. Adicionalmente, a Instituição adota mecanismos voltados à prevenção e detecção de fraudes e à mitigação dos riscos inerentes ao processo de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito contempla o monitoramento contínuo das exposições e das concentrações por cliente, grupo econômico, produto, setor econômico, e região geográfica, buscando assegurar adequada diversificação da carteira e aderência aos limites internos estabelecidos.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Classificação do risco de crédito - Rating

O sistema de classificação de risco (rating) constitui ferramenta fundamental para a avaliação da qualidade de crédito das contrapartes e para o acompanhamento da evolução do risco das exposições assumidas pela Instituição.

A atribuição de ratings considera fatores quantitativos e qualitativos, incluindo modelos estatísticos, indicadores econômico-financeiros, aspectos setoriais, características das garantias e informações relacionadas à capacidade de pagamento dos tomadores. O processo busca refletir o nível de risco associado a cada contraparte e identificar tempestivamente alterações em sua qualidade creditícia que possam impactar a probabilidade de inadimplência.

As classificações de risco são utilizadas nos processos de aprovação, monitoramento e precificação das operações, bem como na mensuração das perdas esperadas associadas às exposições de crédito.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, a Instituição adota metodologia de perdas esperadas para a mensuração do risco de crédito de suas exposições. A estimativa das perdas considera informações históricas, condições correntes e projeções razoáveis e sustentáveis sobre eventos econômicos futuros, incorporando fatores prospectivos que refletem as expectativas da Administração quanto à evolução do ambiente econômico e ao comportamento da carteira de crédito.

A mensuração das perdas esperadas incorpora, entre outros fatores, a probabilidade de inadimplência (*Probability of Default* – PD), a perda em caso de inadimplência (*Loss Given Default* – LGD), a exposição no momento da inadimplência (*Exposure at Default* – EAD), a classificação de risco das operações, a efetividade das garantias e demais mecanismos mitigadores de risco. As metodologias e premissas utilizadas são periodicamente avaliadas e revisadas com o objetivo de assegurar sua aderência ao perfil das exposições, à experiência histórica observada e aos requisitos regulatórios vigentes.

b. Riscos de mercado e liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de oscilações nos valores de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Instituição, tais como variações cambiais, de taxas de juros, preços de ações, mercadorias, entre outros.

O Banco Fibra tem como foco a geração recorrente de resultados provenientes da área Comercial, por meio da evolução da carteira de crédito. Nesse contexto, a Tesouraria atua no suporte à área Comercial, viabilizando os recursos financeiros (*funding*) necessários, gerenciando os riscos de suas posições e operando de forma conservadora nas posições proprietárias.

A classificação dos instrumentos entre as carteiras de negociação e bancária é realizada conforme os critérios estabelecidos pela regulação vigente. Os limites são definidos por carteira (negociação e bancária) e o seu rompimento aciona medidas que podem envolver decisões de instâncias superiores ou ações automáticas.

Carteira de negociação: É composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, incluindo derivativos, que são mantidos com a intenção de negociação.

Carteira bancária: Caracteriza-se, predominantemente, por operações oriundas das atividades típicas do negócio bancário, voltadas à gestão do balanço patrimonial da instituição. Essas operações são realizadas sem a intenção de negociação e possuem horizonte de médio a longo prazo. Seu objetivo principal é atender às necessidades de crédito aos clientes e oferecer soluções financeiras, contribuindo para a geração de valor e o fortalecimento do relacionamento institucional.

• Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade consiste em uma metodologia de teste de estresse utilizada para avaliar os impactos decorrentes de variações em parâmetros específicos relevantes sobre o capital, a liquidez ou o valor dos portfólios da instituição.

O quadro a seguir apresenta os resultados da análise de sensibilidade aplicada às operações com instrumentos financeiros das carteiras de negociação e bancária, que expõem a instituição a riscos de mercado, tais como variações cambiais, de taxas de juros, entre outros. Para o cálculo dos impactos, foram aplicados choques nas variáveis de mercado, considerando a data base de 30 de junho de 2026.

	2026		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fator de risco	Valor	Valor	Valor
Pré	(3.041)	2.347	(22)
Cupom de moedas	(332)	642	59
Cupom de inflação	2.609	(645)	(813)
Moedas	230	(192)	-
Volatilidade	1.567	(749)	-
Total	1.033	1.403	(776)

Cenário 01: Considera como premissas uma elevação significativa nas taxas de juros e a desvalorização da moeda local.

Cenário 02: Adota como premissas a redução nas taxas de juros e a valorização da moeda local.

Cenário 03: Pressupõe um movimento de achatamento (*flattener*) nas curvas de juros.

Os cenários acima possuem aprovação do Comitê de Gestão de Riscos (CGR) da Instituição.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não conseguir honrar, de forma eficiente, suas obrigações de pagamento, esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem incorrer em perdas significativas ou impactos adversos em suas operações diárias.

O gerenciamento do risco de liquidez no Banco Fibra é conduzido por estruturas específicas, respaldadas por uma governança robusta, procedimentos formalizados e ferramentas adequadas, com o objetivo de assegurar a manutenção da liquidez em níveis saudáveis e sustentáveis.

A gestão do risco de liquidez, integrada aos demais riscos relevantes, está alinhada às diretrizes estratégicas da Instituição, bem como às decisões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Para garantir níveis adequados de liquidez, especialmente em cenários adversos (stress), o Banco realiza monitoramentos contínuos, reportes periódicos e controle rigoroso de limites, conforme descrito a seguir:

- Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCP): Avalia a suficiência dos ativos líquidos de alta qualidade do conglomerado prudencial para suportar uma saída extrema de recursos em um horizonte de 21 dias úteis, conforme premissas estabelecidas pelo CGR.
- Survival Period*: Reflete a capacidade de resistência da Instituição ao longo da projeção de caixa sob estresse, considerando o fluxo de pagamentos e recebimentos previstos. Essa métrica incorpora o rating das contrapartes, que sintetiza aspectos de risco de crédito, socioambientais e climáticos, além da renovação de captações estressadas e impactos decorrentes de oscilações de preços de mercado.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

d. Risco socioambiental**• Sustentabilidade**

A sustentabilidade segue como um dos pilares estratégicos, orientando a condução dos negócios no Fibra e sua geração de valor. Através da aprovação pelo Conselho de Administração do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade 2026, fica evidente a consistência desta agenda, com foco na continuidade e no aprimoramento das iniciativas já estabelecidas, fortalecendo temas como integridade, anticorrupção, diversidade e gestão ambiental.

Além de garantir nos últimos 4 anos aprovação no Selo da Associação Brasileira de Câmbio (ABRACAM) de Conformidade – Série 1000, cuja certificação atesta que a instituição segue rigorosos padrões de governança, compliance e prevenção à lavagem de dinheiro em suas operações cambiais, no primeiro semestre de 2026, o Banco Fibra tornou-se associado da ABRACAM de forma a ampliar a representação institucional no mercado de câmbio, acesso a informações estratégicas bem como ao ambiente regulatório cambial.

No pilar ambiental, foi realizado o Inventário de Emissões de Carbono referente ao ano de 2025, sendo neutralizadas 100% das emissões diretas apuradas, em linha, portanto, com a estratégia de gestão e mitigação de impactos. Além disso, foi promovida atualização da matriz de materialidade do Fibra, fundamental para o direcionamento da agenda de Sustentabilidade, permitindo assim, identificar e priorizar os temas mais relevantes para o crescimento sustentável do negócio para os diversos públicos de interesse do Banco, o que reforça a assertividade na tomada de decisão.

Com o objetivo de assegurar a transparência na execução do Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, o Banco realiza a divulgação periódica de suas ações aos colaboradores, clientes, parceiros de negócios e demais públicos de interesse. Essa comunicação é feita por meio de divulgação das ações em seus canais institucionais, redes sociais, bem como páginas no site corporativo dedicados aos temas de sustentabilidade, reforçando o engajamento com melhores práticas sustentáveis, alinhamento à cultura organizacional e aderência regulatória. Maior detalhamento sobre estas ações, podem ser encontradas na página institucional de Sustentabilidade do Fibra disponível em <https://bancofibra.com.br/sustentabilidade/> Já os reconhecimentos e compromissos na agenda de sustentabilidade estão disponíveis em https://bancofibra.com.br/nossos_compromissos/

• Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) estabelece os princípios, estratégias e diretrizes a serem observados na condução dos negócios, atividades e processos do Banco Fibra, bem como no relacionamento com suas partes interessadas. Essa política está plenamente alinhada ao posicionamento institucional da companhia em relação às questões ESG.

A avaliação dos riscos social, ambiental e climático integra o processo de aceitação e renovação de clientes e fornecedores relevantes, por meio da análise do compromisso e da capacidade desses agentes em prevenir, mitigar e gerir os impactos decorrentes de suas atividades. Ao final do processo, é atribuído um Rating RSAC (Risco Social, Ambiental e Climático) para os clientes elegíveis e fornecedores relevantes.

Esse mecanismo contribui para a robustez da estrutura de gerenciamento integrado de riscos da instituição, compondo uma dimensão específica na matriz de Appetite a Risco (RAS), acompanhada periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão dos riscos social, ambiental e climático está integrada aos demais riscos aos quais o Banco está exposto, tais como: como crédito, mercado, IRRBB, liquidez e operacional, permitindo sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação por meio do Gerenciamento Integrado de Riscos (GIR).

e. Risco operacional

No Banco Fibra, o risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, pessoas, sistemas ou controles internos da instituição, bem como de eventos externos.

A estrutura de Gestão de Risco Operacional adota um modelo único em todo o Banco, voltado para o mapeamento de processos, identificação e avaliação de riscos e controles, além da análise da eficácia do ambiente de controles internos. Essa estrutura é responsável pela aplicação periódica de autoavaliação de riscos operacionais, elaboração e execução de testes periódicos de efetividade dos controles, bem como pela proposição de planos de ação para mitigação de riscos cuja avaliação exceda os níveis definidos pelo Banco.

Cada área de negócio recebe os mecanismos necessários para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de eventos relacionados ao risco operacional, além de iniciativas voltadas à disseminação da cultura de controles internos.

Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados periodicamente aos Comitês de Auditoria e CGR, que se manifestam formalmente sobre as ações corretivas a serem implementadas, visando à pronta resolução das principais deficiências identificadas.

As tratativas dos riscos potenciais e dos eventos de falha, assim como recomendações de melhorias, resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades claramente definidos. A responsabilidade primária pela implementação dos controles de mitigação é atribuída às equipes de primeira linha, com apoio da segunda linha, representada pela estrutura de Controles Internos e Risco Operacional.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

Em conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis, o Banco Fibra mantém uma estrutura de controles, composta por políticas institucionais, normativos e procedimentos operacionais, sistemas de suporte, planos com estratégia de contingência e de continuidade de negócios. Essa estrutura tem como objetivo prevenir, reduzir e mitigar os impactos decorrentes de eventos adversos, contribuindo para a segurança, a resiliência operacional e a continuidade de suas atividades.

O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco Fibra é fundamentado em uma abordagem estruturada, integrada e colaborativa para a gestão de emergências e interrupções operacionais. O plano estabelece recursos, responsabilidades e procedimentos, visando minimizar os impactos de incidentes, assegurar a continuidade dos processos críticos e garantir a retomada das operações.

A gestão da Continuidade de Negócios é coordenada pela área de Governança de Segurança da Informação, responsável por apoiar as áreas de negócio na identificação e análise dos processos, recursos, sistemas e equipes essenciais para a manutenção das operações. Esse trabalho permite definir prioridades de recuperação em cenários de interrupção, assegurando maior resiliência organizacional. As deliberações relacionadas ao PCN são conduzidas por comitês específicos, conforme demanda institucional.

Periodicamente, o Banco Fibra realiza Testes de Continuidade de Negócios com o objetivo de avaliar a efetividade dos procedimentos de resposta e recuperação. Esses exercícios permitem validar recursos, processos e responsabilidades, identificar oportunidades de melhoria e assegurar que os mecanismos de continuidade permaneçam aderentes aos requisitos regulatórios, às necessidades de negócio e aos objetivos estratégicos da organização.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição da carteira por produto

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	1.800.233	2.354.153	2.010.492	2.354.153
Empréstimos e Títulos Descontados	1.014.429	1.398.947	1.224.688	1.398.947
Financiamentos	594.975	672.960	594.975	672.960
Financiamentos rurais e agroindustriais	190.829	282.246	190.829	282.246
Outros créditos com característica de concessão de crédito	6.600.758	4.879.992	6.600.758	4.879.992
Títulos e créditos a receber	6.416.650	4.683.959	6.416.650	4.683.959
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	184.108	196.033	184.108	196.033
Carteira de crédito (Nota 10.a)	8.400.991	7.234.145	8.611.250	7.234.145
Garantias financeiras prestadas ⁽¹⁾ (Nota 10.a)	1.152.060	1.226.683	1.152.060	1.226.683
Total da carteira	9.553.051	8.460.828	9.763.310	8.460.828

(1) As garantias financeiras prestadas, contabilizadas em contas de compensação, são compostas da seguinte forma:

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Fianças prestadas a clientes	1.116.155	1.161.469
Créditos abertos para importação	35.905	65.214
Total	1.152.060	1.226.683

b. Por vencimento

	Banco					30/06/2026	31/12/2025
	Operações em curso normal			Em curso anormal			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses				
				Vencidos	Total	Total	
Operações de crédito	761.547	432.428	558.053	48.205	1.800.233	2.354.153	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	5.901.769	694.583	95	4.311	6.600.758	4.879.992	
Garantias financeiras prestadas	137.370	617.830	166.455	230.405	1.152.060	1.226.683	
Total	6.800.686	1.744.841	724.603	282.921	9.553.051	8.460.828	

	Consolidado					
	Operações em curso normal			Em curso anormal	30/06/2026	31/12/2025
	Acima de 12 meses			Vencidos	Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses				
Operações de crédito	793.932	453.691	710.817	52.052	2.010.492	2.354.153
Outros créditos com característica de concessão de crédito	5.901.769	694.583	95	4.311	6.600.758	4.879.992
Garantias financeiras prestadas	137.370	617.830	166.455	230.405	1.152.060	1.226.683
Total	6.833.071	1.766.104	877.367	286.768	9.763.310	8.460.828

c. Composição por ramo de atividade

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Indústria	6.642.690	4.597.411	6.642.690	4.597.411
Comércio	958.843	1.018.108	958.843	1.018.108
Intermediários financeiros	1.048.964	1.685.642	1.048.964	1.685.642
Serviços	664.307	875.726	664.307	875.726
Habitação	147.088	181.782	147.088	181.782
Pessoas físicas	56.728	55.838	266.986	55.838
Rurais	34.431	46.321	34.432	46.321
Total da carteira	9.553.051	8.460.828	9.763.310	8.460.828

d. Concentrações dos riscos de crédito

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Principal devedor	2.938.836	1.969.214
2º ao 10º maiores devedores	2.055.000	1.123.008
11º ao 20º maiores devedores	759.451	727.436
21º ao 50º maiores devedores	1.090.997	1.235.100
51º ao 100º maiores devedores	851.579	926.785
Demais devedores	2.067.447	2.479.285
Total da carteira	9.763.310	8.460.828

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

e. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve cessão de crédito da carteira ativa.

f. Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2026, não houve operações vinculadas ativas.

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos em garantia ⁽¹⁾	716.610	690.151	716.610	690.151
Valores a receber ⁽²⁾	289.525	282.997	298.131	315.762
Negociação e intermediação de valores	254.643	124.721	254.643	124.721
Impostos a compensar	26.408	36.924	28.065	37.836
Comissões de fianças a receber	11.571	11.422	12.019	11.541
Relações interfinanceiras e interdependências	109.536	7.359	109.536	7.359
Título de crédito a receber ⁽³⁾	170	1.885	170	1.885
Adiantamento ao FGC	56.685	-	56.685	-
Direitos Creditórios Oriundos de Ações Judiciais	815	1.151	815	1.151
Total	1.465.963	1.156.610	1.476.674	1.190.406
Circulante	465.778	196.869	476.042	198.376
Não circulante	1.000.185	959.741	1.000.632	992.030

(1) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS (Nota 24.c).

(2) Refere-se substancialmente a venda de BNDU.

(3) Refere-se a recebível vencido.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS**a. Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio**

	Banco			Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	8.199.498	34.728	166.765	8.400.991	7.234.145
Garantias financeiras prestadas (Nota 8)	891.521	176.903	83.636	1.152.060	1.226.683
Títulos Privado com risco de crédito (Nota 6.a1)	3.699.369	79.850	357.008	4.136.227	3.720.989
Total de Ativos Financeiros	12.790.388	291.481	607.409	13.689.278	12.181.817

	Consolidado			Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	8.409.757	34.728	166.765	8.611.250	7.234.145
Garantias financeiras prestadas (Nota 8)	891.521	176.903	83.636	1.152.060	1.226.683
Títulos Privado com risco de crédito (Nota 6.a1)	3.564.456	79.850	357.008	4.001.314	3.720.989
Total de Ativos Financeiros	12.865.734	291.481	607.409	13.764.624	12.181.817

b. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

	Banco			Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito	23.243	854	98.539	122.636	130.747
Títulos com risco de crédito	9.837	2.892	116.663	129.392	146.803
Total	33.080	3.746	215.202	252.028	277.550
Garantias financeiras prestadas (Nota 20.a)	1.035	304	209	1.548	1.229
Total	1.035	304	209	1.548	1.229

	Consolidado			Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Carteira de crédito e Outros créditos com característica de concessão de crédito	25.749	854	98.539	125.142	130.747
Títulos com risco de crédito	9.837	2.892	116.663	129.392	146.803
Total	35.586	3.746	215.202	254.534	277.550
Garantias financeiras prestadas (Nota 20.a)	1.035	304	209	1.548	1.229
Total	1.035	304	209	1.548	1.229

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1 - 2 - 3	Banco e Consolidado			30/06/2026
	1º	2º	3º	Total
Saldos inicial do período	27.064	481	251.234	278.779
Migração de estágio de:				
Migração de 1 para 2	(395)	3.412	-	3.017
Migração de 1 para 3	(871)	-	36.260	35.389
Migração de 2 para 3	-	(49)	479	430
Migração de 3 para 1	38	-	(60)	(22)
Ativos originados ⁽¹⁾	27.960	409	14.878	43.247
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(17.175)	(203)	(87.380)	(104.758)
Saldos em 30 de junho de 2026	36.621	4.050	215.411	256.082

⁽¹⁾ Considera-se no saldo consolidado a provisão de R\$ 2.506.

Estágios 1 - 2 - 3	Banco e Consolidado			31/12/2025
	1º	2º	3º	Total
Saldos inicial do período	30.088	2.672	300.606	333.366
Migração de estágio de:				
Migração de 1 para 2	(148)	164	-	16
Migração de 1 para 3	(4.444)	-	49.169	44.725
Migração de 2 para 1	29	(44)	-	(15)
Ativos originados ⁽¹⁾	21.658	284	90.350	112.292
Ativos liquidados e créditos compensados como prejuízo	(20.119)	(2.595)	(188.891)	(211.605)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.064	481	251.234	278.779

⁽¹⁾ Considera-se os ativos financeiros que não sofreram migração de estágio e novas operações no semestre.

O saldo dos créditos renegociados ao longo do primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 16.794 (R\$ 8.930 ao longo do primeiro semestre de 2025).

No período findo em 30 de junho de 2026, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$ 8.640 (R\$ 26.594 no semestre findo em 30 de junho de 2025).

11. COMPOSIÇÃO DE OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Bens não de uso	364.839	341.186	364.839	341.186
Imóveis	373.701	344.014	373.701	344.014
Veículos	916	933	916	933
Outros	807	348	807	348
Provisão por desvalorização	(10.585)	(4.109)	(10.585)	(4.109)
Despesas antecipadas	56.289	63.151	56.990	63.310
Comissões de CDB/LCA/LCI/LF	32.579	40.446	32.579	40.446
Licenças de uso	5.727	5.706	5.741	5.706
Seguro	4.069	4.172	4.092	4.196
Adiantamento e antecipações salariais	4.827	3.388	4.832	3.398
Outras	9.087	9.439	9.746	9.564
Adiantamento contrato de energia ⁽¹⁾	-	-	133.915	70.505
Total	421.128	404.337	555.744	475.001
Circulante	379.571	354.147	380.656	354.208
Não circulante	41.557	50.190	175.088	120.793

⁽¹⁾ Pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (Ambiente de Contratação Livre) sem risco atrelado.

12. INVESTIMENTOS

a. Participações em controladas

	Banco				
				30/06/2026	31/12/2025
	Participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no semestre	Valor do investimento	Valor do investimento
Empresas					
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda.	99,999%	1.300	(1.012)	1.300	2.312
Fibra Cia. Securitizadora de Créditos Imobiliários	100,00%	1.261	42	1.261	1.220
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	99,999%	17.259	15,259	17.259	24.156
Fibra Comercializadora de Energia Ltda.	99,999%	168.697	7.258	168.697	106.437
Total		188.517	21.547	188.517	134.125

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Influência Significativa

	Banco e Consolidado			
		Patrimônio líquido ajustado	Resultado de participação no semestre	
Empresas	Participação			
Núclea S.A	0,60%	11.244	1.936	11.244
Total		11.244	1.936	11.244

c. Ativos intangíveis

Movimentação do intangível:

	Banco e Consolidado			
	Saldo inicial: 31/12/2025	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização
Processamento de dados ⁽¹⁾	27.580	13.661	-	(5.391)
Licenças e direitos de uso	241	-	-	(69)
Total	27.821	13.661	-	(5.460)

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.

	Banco e Consolidado			
	Saldo inicial: 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização
Processamento de dados ⁽¹⁾	26.174	3.942	(216)	(4.736)
Licenças e direitos de uso	383	-	-	(73)
Total	26.557	3.942	(216)	(4.809)

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de sistemas.**d. Redução ao valor recuperável dos ativos - CPC 01**Em 30 de junho de 2026 de 2025 não ocorreram baixas por *impairment*.**13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR**

O resultado apurado pela agência de Cayman, no semestre findo em 30 de junho de 2026, foi de R\$ 26.031 (30/06/25 - R\$ 32.500). O efeito da variação cambial do patrimônio líquido da agência, registrado no Banco Fibra, foi de uma despesa de R\$ 6.667 (30/06/25 - despesa R\$ 125).

O montante relativo a variações cambiais reconhecido no semestre foi uma receita de R\$ 118 (30/06/2025 - despesa R\$ 4.062).

FIBRA CAYMAN	Partes relacionadas	Terceiros	Total em 30/06/2026	Partes relacionadas	Terceiros	Total em 31/12/2025
ATIVO						
Disponibilidades	-	9.453	9.453	-	5.855	5.855
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	1.936.693	4.315.271	6.251.964	2.967.926	1.522.780	4.490.706
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a)	-	1.557.810	1.557.810	-	1.537.538	1.537.538
Operações de crédito	1.936.693	2.753.405	4.690.098	2.967.926	53	2.967.979
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	-	(27.671)	(27.671)	-	(37.446)	(37.446)
Outros ativos	-	31.727	31.727	-	22.635	22.635
Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	24.966	24.966	26.281	31.780	58.061
Títulos e valores mobiliários	-	24.966	24.966	26.281	31.780	58.061
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	295	295	-	314	314
Títulos e valores mobiliários	-	295	295	-	314	314
TOTAL DO ATIVO	1.936.693	4.349.985	6.286.678	2.994.207	1.560.729	4.554.936
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado						
Depósitos à vista	-	6.874	6.874	-	7.565	7.565
Depósitos a prazo	2.191.529	2.733.640	4.925.169	-	3.208.664	3.208.664
Operações compromissadas	-	1.195.366	1.195.366	-	1.200.363	1.200.363
Outras obrigações	-	-	-	-	1.956	1.956
TOTAL DO PASSIVO	2.191.529	3.935.880	6.127.409	-	4.418.548	4.418.548
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	159.269	159.269	-	136.388	136.388
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.191.529	4.095.149	6.286.678	-	4.554.936	4.554.936

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

14. DEPÓSITOS

	Banco						Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósitos à vista ⁽¹⁾	226.891	-	-	-	-	-	226.891	525.902
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	26.821	65.666	92.487	57.031
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	3.072.974	2.958.293	615.364	1.861.086	7.846.051	16.353.768	12.848.827
Total	226.891	3.072.974	2.958.293	615.364	1.887.907	7.911.717	16.673.146	13.431.760

	Consolidado						Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Sem vencimento	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósitos à vista ⁽¹⁾	221.723	-	-	-	-	-	221.723	516.814
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	26.821	65.666	92.487	57.031
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	-	3.072.970	2.958.293	615.364	1.860.029	7.830.008	16.336.664	12.821.707
Total	221.723	3.072.970	2.958.293	615.364	1.886.850	7.895.674	16.650.874	13.395.552

(1) Estas rubricas incluem o saldo de R\$ 6.874 (30/06/25 - R\$ R\$ 7.714) em depósitos à vista e R\$ 4.925.169 (30/06/25 - R\$ 3.296.426) em depósitos a prazo, captados por meio da agência de Cayman, registrados em moeda estrangeira (Nota 13).

15. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Refere-se a operações de venda de títulos no mercado com compromisso de recompra.

	Banco e Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
NTN - Notas do tesouro nacional	3.765.000	3.649.997
LTN - Letras do tesouro nacional	63.915	61.602
Debêntures	1.165.724	609.988
LF - Letra Financeira	-	44.850
Títulos no exterior	1.195.366	1.200.362
Total de carteira própria	6.190.005	5.566.799
Circulante	6.190.005	5.566.799
Não circulante	-	-

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	Banco e Consolidado					Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
LCA - Letras de créditos do agronegócio ⁽¹⁾	3.485	13.269	43.117	205.449	357.185	622.505	367.750
LF - Letras financeiras ⁽²⁾	5.227	3.459	62	9.687	151.410	169.845	59.522
LCI - Letras de créditos imobiliária	-	-	-	-	-	-	794
Total	8.712	16.728	43.179	215.136	508.595	792.350	428.066

As operações de LCA são lastreadas com operações ativas do Banco.

Os recursos captados foram corrigidos pelas taxas e indexadores a seguir:

(1) LCA com taxas que variam de 72% a 120% do CDI ou IPCA e taxas pré de 8,93% a 15,30% a.a.

(2) LF à taxa de 100% a 108% do CDI ou IPCA e taxas pré de 11,98% a 12,87% a.a.

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR E REPASSES NO PAÍS

As obrigações por repasses do país são representadas por captações via Funcafé e corrigidas por juros pré-fixado de 8,0% a.a. até o vencimento e pela Selic do vencimento até a data do repasse ao Ministério.

	Banco e Consolidado					Total em 30/06/2026	Total em 31/12/2025
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Funcafé	-	31.312	79.463	11.481	28.741	150.997	240.518
Finame	-	-	1.257	1.923	18.372	21.552	30.702
Empréstimos no exterior	90.141	144.035	25.269	-	-	259.445	241.157
Total	90.141	175.347	105.989	13.404	47.113	431.994	512.377

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")

Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado

18. DÍVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL

Papel	Banco e Consolidado				30/06/2026	31/12/2025
	Emissão	Remuneração	Vencimento	Saldo em reais	Capital nível II	Capital nível II
Letras Financeiras						
	2022	16,79%	2034 até 2037	109.466	109.466	101.408
	2024	4,30%	2034	19.337	19.337	19.024
	2024	17,73 e 19,70%	2034 até 2039	39.714	39.714	36.597
	2025	4,30%	2035	2.315	2.315	2.124
	2025	126,6% do CDI	2035	24.625	24.625	22.644
	2025	18,60%	2040	4.292	4.292	3.959
Total					199.749	185.756

19. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Relações interfinanceiras e interdependências	703	17	703	17
Negociação e intermediação de valores	16.677	5.278	16.677	5.278
Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.051	10.517	1.184	10.517
Obrigações em moeda estrangeira	270.546	178.841	270.546	178.841
Total	288.977	194.653	289.110	194.653
Circulante	288.977	194.652	289.110	194.652
Não circulante	-	1	-	1

20. OUTROS PASSIVOS

a. Provisões

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisões para contingências fiscais (Nota 24.e) ⁽¹⁾	414.273	529.188	414.273	529.188
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 24.e)	51.788	51.609	51.788	51.609
Provisões sobre participações no resultado	50.124	24.100	50.676	24.100
Provisão sobre comissão	12.862	12.158	12.863	12.158
Provisões para pagamentos a efetuar	15.285	11.425	27.657	33.419
Provisões para contingências cíveis (Nota 24.e)	1.974	2.017	1.982	2.025
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 10.b)	1.548	1.229	1.548	1.229
Total	547.854	631.726	560.787	653.728
Circulante	79.819	45.557	103.438	66.441
Não circulante	468.035	586.169	457.349	587.287

(1) No primeiro semestre de 2026, inclui reversão de provisão no montante de R\$ 133,9 milhões (Nota 24.d)

b. Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações fiscais diferidas (Nota 23.b)	103.958	29.798	115.029	34.004
Circulante	13.355	-	13.355	-
Não circulante	90.603	29.798	101.674	34.004

c. Outros passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para imposto de renda e contribuições sobre o lucro	-	26.593	1.580	27.979
Impostos e contribuições a recolher	12.618	13.163	16.470	15.109
Outros passivos	301	2.715	301	2.715
Credores diversos - país	12.460	852	13.008	888
Total	25.379	43.323	31.359	46.691
Circulante	25.295	38.183	31.359	40.289
Não circulante	84	5.140	-	6.402

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social está representado por 6.335.020.888 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas.

b. Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a destinação não mais se faz obrigatória. No semestre de 2026 foi constituído o montante de R\$ 7.723 (30/06/2025 - R\$ 2.100).

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**a. Receitas de prestação de serviços**

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Comissão de intermediação de colocação de títulos	12.233	27.130	35.952	42.842
Rendas com tarifas	9.202	9.408	9.202	9.408
Comissão de fiança	7.286	10.596	7.286	10.596
Rendas de cobrança	558	773	558	773
Outras	282	19	1.715	526
Total	29.561	47.926	54.713	64.145

b. Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	34.392	31.349	36.296	32.391
Benefícios	25.757	20.220	26.644	20.749
Encargos Sociais	13.361	12.616	14.180	13.215
Estagiários	356	227	365	225
Total	73.866	64.412	77.485	66.580

c. Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de processamento de dados	16.972	19.661	17.288	19.816
Despesas de serviços técnicos especializados	12.400	6.794	12.784	7.222
Despesas de serviço de terceiros	7.218	9.004	8.598	9.505
Despesas de serviços sistema financeiro	5.818	5.179	6.105	5.186
Despesas de amortização (Nota 12.c)	5.457	4.809	5.460	4.809
Despesas de honorários	4.443	5.187	5.430	6.389
Despesas de aluguéis	3.228	2.504	3.233	2.509
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.934	1.700	1.941	1.710
Despesas de comunicação	1.338	1.195	1.343	1.199
Despesas de seguros	1.070	602	1.105	628
Despesas de depreciação	951	839	954	842
Impostos e taxas	77	317	78	318
Outras despesas administrativas	2.758	2.023	3.960	2.223
Total	63.664	59.814	68.279	62.356

d. Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Reversão de contingências cíveis/trabalhistas ⁽¹⁾	134.131	918	134.131	918
Variação cambial	93.943	-	93.943	-
Atualização monetária	22.754	21.270	22.759	21.274
Cessão de recebíveis	2.455	261.420	2.455	261.420
Outras receitas operacionais	2.911	1.565	8.513	1.582
Total	256.194	285.173	261.801	285.194

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) No primeiro semestre de 2026, incluí reversão de provisão no montante de R\$ 133,9 milhões (Nota 24.d)

e. Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de contingências	19.331	14.601	19.331	14.595
Encargos Financeiros	8.414	-	8.414	-
Pagamento de indenizações cíveis	2.323	6.724	2.323	6.724
Custas processuais	1.261	1.808	1.261	1.808
Desconto concedido	1.543	1.218	1.543	1.218
Despesas de atualização monetária	51	49	51	52
Variação cambial	-	32.095	-	32.095
Outras despesas operacionais	2.141	2.920	7.073	2.925
Total	35.064	59.415	39.996	59.417

f. Resultado não operacional

Em 30 de junho de 2026, o saldo, que totaliza despesa de R\$ 4.398 (R\$ 19.535 em 2025), é representado substancialmente, pelos resultados provenientes da alienação e do aluguel de Bens Não de Uso (BNDU), bem como a provisão para desvalorização desses ativos.

23. TRIBUTOS**a. Composição das despesas com impostos e contribuições**

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período:

	Banco					
	30/06/2026			30/06/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	239.575	239.575	239.575	70.112	70.112	70.112
Encargos - IRPJ - 25% e CSLL - 20%	(59.894)	(47.915)	(107.809)	(17.528)	(14.022)	(31.550)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	19.879	2.808	22.687	2.463	1.526	3.989
Participações em controladas	5.387	4.309	9.696	5.377	4.304	9.681
Participação de outros investimentos	484	387	871	-	-	-
Resultados do Exterior	(4.092)	(3.274)	(7.366)	-	-	-
Despesas não dedutíveis / Receitas não tributáveis - Permanentes ⁽¹⁾	1.732	1.386	3.118	(3.470)	(2.778)	(6.248)
IRRF a compensar - Exterior	16.368	-	16.368	556	-	556
Imposto de renda e contribuição social	(40.015)	(45.107)	(85.122)	(15.065)	(12.496)	(27.561)
Consolidação IRRF - Exterior	(16.368)	-	(16.368)	(556)	-	(556)
Imposto de renda e contribuição social	(56.383)	(45.107)	(101.490)	(15.621)	(12.496)	(28.117)

	Consolidado					
	30/06/2026			30/06/2025		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL	246.995	246.995	246.995	59.047	59.047	59.047
Encargos - IRPJ - 25% e CSLL - 20%	(61.749)	(49.399)	(111.148)	(14.762)	(11.809)	(26.571)
Adições e exclusões no cálculo de impostos	16.708	2.483	19.191	5.845	4.230	10.075
Participação de outros investimentos	484	387	871	-	-	-
Resultados do Exterior	(4.092)	(3.274)	(7.366)	-	-	-
Despesas não dedutíveis / Receitas não tributáveis - Permanentes ⁽¹⁾	1.632	1.350	2.982	4.650	3.720	8.370
Diferença de Alíquota entre empresas	146	3.239	3.385	639	510	1.149
IRRF a compensar - Exterior	16.368	-	16.368	556	-	556
Outros	2.170	781	2.951	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(45.041)	(46.916)	(91.957)	(8.917)	(7.579)	(16.496)
Consolidação IRRF - Exterior	(16.368)	-	(16.368)	(556)	-	(556)
Imposto de renda e contribuição social	(61.409)	(46.916)	(108.325)	(9.473)	(7.579)	(17.052)

(1) Refere-se à atualização monetária sobre depósitos judiciais de 2026, bem como à cessão da Ação Tributária relacionada à atualização monetária desses depósitos no período de 2020 a 2024, sobre os quais não incide IRPJ e CSLL.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Créditos tributários

I - Em 30 de junho de 2026, o Banco Fibra possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Ativos fiscais diferidos", tendo em vista as estimativas de realização dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto, no mínimo semestralmente.

O estudo foi atualizado também para 30 de junho de 2026, conforme previsto pela regulamentação vigente, e foi aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de agosto de 2026. Em termos gerais, o referido estudo atende aos requisitos necessários para suporte à manutenção da contabilização do ativo fiscal diferido.

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 10 anos são:

- Premissas básicas aderentes aos planos estratégicos da Instituição e ao cenário macroeconômico atual;
- Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- Crescimento das carteiras de crédito de atacado e aplicação de "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- Esgotamento total da carteira de crédito do segmento varejo;
- Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas não-crédito, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco;
- Perdas com crédito projetadas com base em percentuais compatíveis com o mercado;
- Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição;
- Histórico de geração de lucro tributável recorrente nos últimos exercícios, conforme já havia sido projetado nos estudos técnicos nos anos anteriores; e
- Continua melhora nos resultados apropriados pela Instituição, ao longo dos últimos exercícios.

A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

	Banco			2026
	2025	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	892.365	92.952	(168.954)	816.363
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	572.099	54.305	(84.181)	542.223
Provisão para contingências tributárias	238.134	8.568	(60.280)	186.422
Provisão para perdas esperada Res. CMN 4.966	36.917	-	(1.846)	35.071
Provisão para contingências trabalhistas	23.224	215	(134)	23.305
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.849	2.953	(39)	4.763
Provisão para contingências cíveis	741	49	(79)	711
Ajuste marcação a mercado	9.103	-	(8.934)	169
Outras	10.298	26.862	(13.461)	23.699
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	299.763	42.921	-	342.684
Total de créditos tributários	1.192.128	135.873	(168.954)	1.159.047
Obrigações diferidas (Nota 20.b)	(29.798)	(1.044.216)	970.056	(103.958)
Créditos tributários líquidos	1.162.330	(908.343)	801.102	1.055.089

	Consolidado			2026
	2025	Constituição	(Realização)	
Total de créditos tributários de diferenças temporárias	892.366	92.952	(168.954)	816.364
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	572.099	54.305	(84.181)	542.223
Provisão para contingências tributárias	238.134	8.568	(60.280)	186.422
Provisão para perdas esperada Res. CMN 4.966	36.917	-	(1.846)	35.071
Provisão para contingências trabalhistas	23.224	215	(134)	23.305
Provisão para desvalorização de bens não de uso	1.849	2.953	(39)	4.763
Provisão para contingências cíveis	741	49	(79)	711
Ajuste marcação a mercado	9.103	-	(8.934)	169
Outras	10.299	26.862	(13.461)	23.700
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	312.143	46.047	-	358.190
Total de créditos tributários	1.204.509	138.999	(168.954)	1.174.554
Obrigações diferidas (Nota 20.b)	(34.004)	(1.051.081)	970.056	(115.029)
Créditos tributários líquidos	1.170.505	(912.082)	801.102	1.059.525

II – Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o CDI projetado ano a ano, para os próximos 10 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas na data do balanço.

Ano de realização	Banco
	2026
2026	276.884
2027	108.483
2028	75.102
2029	74.659
2030	84.428
2031	95.133
2032	107.016
2033	119.959
2034	134.540
2035	82.843
Total	1.159.047
Valor presente	769.153

Créditos tributários não ativados:

III – Em 30 de junho de 2026, o Consolidado do Banco Fibra apresentava prejuízos fiscais no montante de R\$ 3.277, para os quais não foram reconhecidos créditos tributários, correspondentes a R\$ 1.114 no Consolidado.

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco Fibra e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Passivos de natureza trabalhista e cível

No caso das ações cíveis, o Banco Fibra efetua provisão em montante considerado suficiente com base no histórico de perdas apuradas nos últimos anos, além da adequação aos precedentes dos Tribunais. São consideradas no cálculo da provisão as ações cíveis em que a empresa figure no pólo passivo, através do critério concernente ao produto Atacado e Varejo, a saber: (i) para as ações, cujo objeto seja um produto do atacado, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 257 (31/12/25 - R\$ 257) para os casos em que há probabilidade de perda com desembolso financeiro; e (ii) para as ações, cujo objeto seja um produto do varejo, foi provisionado, no consolidado, o valor de R\$ 1.725 (31/12/25 - R\$ 1.717), quando se tratar de ações indenizatórias e de repetições de indébito. (Nota 20.a).

No caso das ações trabalhistas, a avaliação é efetuada com base de dados das ações encerradas com trânsito em julgado desde 2007 a 2025. Os valores são apurados e aplicados para os processos em aberto, considerando a média de indenização e ponderação de êxito por verba, expurgados os casos excepcionais. Em 30 de junho de 2026, no consolidado, o saldo da provisão de Passivos Trabalhistas totaliza R\$ 51.788. (31/12/25 - R\$ 51.609) (Nota 20.a).

c. Passivos de natureza fiscal

O Banco Fibra e suas controladas impetraram mandado de segurança visando garantir o direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS e COFINS somente com base nas receitas provenientes da prestação de serviços, Lei nº 9.718/98 (alargamento da base de cálculo), relativamente ao período – base de junho de 2006 e subsequentes, bem como de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, desde junho de 2001, nos termos do artigo 74º da lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 10.637/02, acrescidos da taxa de juros SELIC, conforme determinado pela Lei nº 9.250/95, conforme segue respectivamente: (i) PIS: Mandado de segurança nº 0014234-88.2006.4.03.6100 impetrado em 06/2006, com vistas à concessão de segurança para autorizar o recolhimento do PIS apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços e, por conta da adesão ao programa especial de regularização tributária - PERT em 08/2017, detalhado no item "f" abaixo, houve desistência deste processo bem como desistência parcial do mandado de segurança nº 0001463.05-2011.403.6100 apenas em relação ao direito à compensação do PIS. Assim sendo, remanesce a discussão judicial da compensação no tocante à COFINS, o que corresponde ao montante atualizado de R\$ 414.273 (31/12/25 - R\$ 529.188) (Nota 20.a).

d. Contingências passivas com risco de perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados nos pareceres dos consultores jurídicos externos contratados em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as contingências classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 609.215, sendo compostas, principalmente, pelas seguintes questões:

Durante o primeiro semestre de 2026, com base em reavaliação da Administração, suportada por parecer de assessoria jurídica externa independente e corroborada pela área jurídica interna, parcela da exposição relacionada à demanda de COFINS (alargamento da base de cálculo) foi reclassificada de perda provável para perda possível, permanecendo o saldo remanescente mantido na classificação anteriormente atribuída (Nota 24.c). Em 30 de junho de 2026, o saldo consolidado dessa contingência totalizava R\$ 140,0 milhões.

A reclassificação parcial do prognóstico de perda resultou na reversão de provisão no montante de R\$ 133,9 milhões, reconhecida na rubrica de Outras Receitas Operacionais.

Demais processos com Risco Possível:

- a) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, referente à IRPJ e CSLL, em razão de ganho auferido na devolução do patrimônio social de entidade isenta, no ano calendário de 2007, no valor de R\$ 46.208;
- b) Glosa de despesas realizadas a título de variação cambial, tributação de ganhos auferidos em devolução do patrimônio de entidades isentas e dedutibilidade em excesso de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 2.746;
- c) Auto de infração referente IRRF sobre JCP pago a empresa no exterior, relativo aos anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 1.794;
- d) Auto de infração previdenciário, no valor de R\$ 134.434;
- e) Glosa de amortização de ágio apropriada em 2011 no valor de R\$ 14.891;
- f) Exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2011, no valor de R\$ 13.725;
- g) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a outubro de 2012 no valor de R\$ 21.338;
- h) Glosa complementar de amortização de ágio apropriado em novembro e dezembro de 2012 e exclusão indevida da base de cálculo do IRPJ e CSLL de créditos recuperados e glosa de despesas em 2012, no valor de R\$14.003;
- i) Glosa de despesas e amortização de ágio apropriada na base de cálculo do IRPJ e CSLL ano calendário 2014, no valor de R\$ 21.077;
- j) Glosa de amortização de ágio apropriada de janeiro a dezembro/2015 no valor de R\$ 29.529;
- k) Glosa de Despesas em Operações com Derivativos de Hedge da base de cálculo do PIS e COFINS nos meses de 08/2015 a 12/2015 no valor de R\$ 100.997;
- l) Glosa de amortização de ágio apropriada de 2016 a 2019 no valor de R\$ 62.840;
- m) Autos de infração cobrando multa isolada de 50% decorrentes de valor de lançamento de ofício por ausência de pagamentos mensais por estimativa de IRPJ e CSLL de 2019 e 2020, sob a alegação de o Banco ter realizado adições ao seu lucro líquido em função de aplicação de regras de subcapitalização somente ao término do ano calendário, para a apuração do IRPJ e da CSLL propriamente ditos, tendo ignorado seus efeitos nas estimativas mensais de setembro de 2019, janeiro de 2020, fevereiro de 2020 e março de 2020, no valor de R\$ 1.899;
- n) Autos de infração por indeferimento de pedido de PER/DCOMP no qual o Banco solicitou compensação de saldo negativo de CSLL e IRPJ apurado no ano de 2016 com débitos próprios, sendo parcela do saldo negativo decorrentes de IR/fonte retido no Brasil sobre remessa de juros à filial de Cayman dos anos de 2012 a 2014, no valor de R\$ 3.734.

e. Movimentação das provisões para passivos contingentes

	Consolidado			
	2025	Constituição	Realização	2026
Processos cíveis	2.025	2.238	(2.281)	1.982
Processos trabalhistas	51.609	1.586	(1.407)	51.788
Processos fiscais	529.188	19.041	(133.956)	414.273
Total (Nota 20.a)	582.822	22.865	(137.644)	468.043

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

f. Programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais – Lei nº 11.941/09

O Banco Fibra e suas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários da Lei nº 11.941/09. Em 30/06/11, os valores foram consolidados e pagos à vista, no montante de R\$ 13.244, exceto para os processos judiciais garantidos por depósitos, que aguardam a vinculação dos depósitos efetuados nos autos do mandado de segurança para quitação dos valores devidos e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos. A provisão em 30 de junho é de R\$ 5.040. O principal processo incluído nesse programa se refere a CSLL Isonomia.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a. Partes Relacionadas**

Os valores abaixo se referem a transações do Banco Fibra com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. As operações entre as empresas, incluídas na consolidação (Nota 3.a), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas. Em 30 de junho de 2026, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Controladas	Prazo até	Remuneração	Ativo / Passivo		Receita/ (Despesa)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Valores a receber			6	6	118	79
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	6	6	118	79
Depósitos						
A Vista			5.168	9.088	-	-
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	170	6	-	-
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários	N/A	N/A	1.213	23	-	-
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	N/A	N/A	3.333	2.495	-	-
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	N/A	N/A	452	6.564	-	-
A Prazo			17.104	27.120	(1.326)	(615)
Fibra Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários			-	1.179	(56)	(72)
Fibra Corretora de Seguros Ltda.	dez/30	100% do CDI	14.876	22.722	(1.092)	(441)
Fibra Comercializadora de Energia Ltda	mar/27	100% do CDI	1.057	990	(68)	(102)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	jul/28	100% do CDI	1.171	2.229	(110)	-
Valores a pagar			20	21	(129)	(221)
Fibra Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda	N/A	N/A	20	21	(129)	(221)

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Coligadas do Grupo Controlador	Prazo até	Remuneração	Ativo / Passivo		Receita/ (Despesa)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Títulos e valores mobiliários			167.334	58.650	13.483	-
Finobrasa Agroindustrial S.A.	mai/27	18,8% e 19,2%	32.496	35.334	1.196	-
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	mai/27	19,7%	15.914	16.664	914	-
Companhia Siderúrgica Nacional	nov/28	1,6% até 2,50 + 100% do CDI	118.924	6.652	11.373	-
Instrumentos financeiros derivativos			15.624	15.676	15.625	16.669
Vicunha Têxtil S.A.	fev/31	N/A	15.624	15.676	15.625	16.669
Operações de crédito			905.824	24.174	36.443	3.702
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	nov/27	17,6% até 18,8%	2.668	4.129	281	1.892
Taquari Participações S.A.	out/28	4,0%	18.568	20.045	1.645	1.810
CSN Mineração S.A.	jul/26	1,3%	805.481	-	32.841	-
Companhia Siderúrgica Nacional	jan/27	1,6%	79.107	-	1.676	-
Valores a receber (1)			279.638	266.455	15.318	12.545
Taquari Participações S.A.			214.089	205.106	11.118	9.105
Companhia Siderúrgica Nacional			65.549	61.349	4.200	3.440
(1) Refere-se a valores a receber pela venda de BNDU - Bens não de uso próprio						
Transferências de direitos sem coobrigação			-	-	25.811	19.268
Companhia Siderúrgica Nacional	N/A	N/A	-	-	25.811	19.268
Depósito a prazo no exterior			2.191.529	1.810.799	(8.904)	(259)
CSN Mineração S.A.	ago/26	4,3%	2.191.529	1.810.799	(8.904)	(259)
Depósitos à vista e a prazo			693.281	588.430	(28.743)	(34.549)
Araraquara Agropecuária Ltda.	mai/28	105,0% do CDI	42	20	(1)	-
AVCO Polímeros do Brasil S.A.	N/A	N/A	2	2	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional	jun/28	106,5% do CDI	117.011	106.200	(7.251)	(9.359)
Fazenda Santa Otília Agropecuária Ltda.	N/A	N/A	677	1.018	-	(4.158)
Finobrasa Agroindustrial S.A.	N/A	N/A	12	32	-	(3.869)
Pajuçara Confeccões S.A.	N/A	N/A	28	89	-	(1)
Rio Purus Participações S.A.	jun/28	105,0% do CDI	39.180	24.263	(1.442)	(2.009)
Taquari Participações S.A.	N/A	N/A	93	6.156	-	(3.091)
Textília S.A.	N/A	N/A	1	1	-	-
Vicunha Aços S.A.	mai/28	105,0% do CDI	5.385	3.672	(252)	(9.758)
Vicunha Distribuidora de Produtos Têxteis Ltda.	N/A	N/A	10	10	-	-
Vicunha Imóveis Ltda.	fev/27	105,0% do CDI	44.394	58.326	(3.675)	(131)
Vicunha Serviços Ltda.	N/A	N/A	1	1	-	-
Vicunha Steel S.A.	mai/28	105,0% do CDI	391	992	(35)	(16)
Vicunha Têxtil S.A.	mai/29	101,3% do CDI	486.054	387.648	(16.087)	(2.157)
Captações no mercado aberto			340.865	-	(508)	-
Companhia Siderúrgica Nacional	jul/26	99,50% a 100,0% do CDI	253.703	-	(454)	-
Rio Purus Participações S.A.	jul/26	99,0% do CDI	8.659	-	(54)	-
Taquari Participações S.A.	jul/26	99,0% do CDI	103	-	-	-
Vicunha Têxtil S.A.	jul/26	99,0% do CDI	78.400	-	-	-
Garantias Financeiras Prestadas			14.430	-	39	-
Companhia Siderúrgica Nacional	jun/27	1,5% a.a	14.430	-	39	-

Controladores, acionistas e pessoal chave da administração	Prazo até	Remuneração	Ativo / Passivo		Receita/ (Despesa)	
			30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Depósitos à vista e a prazo	jun/28	105,0% do CDI	12.799	8.795	(659)	(795)
Letras de créditos do agronegócio - LCA	mar/28	99,0% do CDI	1.043	-	(43)	-
Captações no mercado aberto	jul/26	99,0% do CDI	5.031	-	(31)	-

b. Remuneração Pessoal Chave da Administração

Apresentamos a seguir a composição da remuneração do pessoal chave da administração, conforme estabelecido pelo CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas parágrafo 17º e CPC 33 - Benefícios a empregados, ambos, aprovados pelas Resoluções CMN nº 3.921/10 e nº 4.877/20.

Administradores	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Benefícios de curto prazo à empregados e administradores	6.995	8.597
Outros benefícios de longo prazo	16.129	12.775
Total	23.124	21.372

Banco Fibra S.A. e empresas controladas ("Consolidado")**Notas Explicativas às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026**

Em milhares de reais, exceto quando indicado

26. LIMITES OPERACIONAIS

As instituições financeiras devem manter patrimônio de referência mínimo de 10,50% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco (risco de crédito, mercado e operacional). Em 30 de junho de 2026 o Banco Fibra estava enquadrado neste limite operacional, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	1.314.363	1.092.922
Patrimônio de referência exigido (PRE)	936.096	817.848
Valor correspondente ao RBAN ⁽¹⁾	52.428	10.241
Adicional de Capital Principal (conservação) ⁽²⁾	292.530	255.577
Margem	33.309	9.256

(1) Risco de variação das taxas de juros na carteira bancária.

(2) Em 2026, o percentual aplicado ao montante RWA, para fins de apuração do valor da parcela ACP foi de 2,5%.

Em 30 de junho de 2026, o Índice de Basileia, em conformidade com as regras vigentes, corresponde a 11,2%.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES**a. Benefícios a funcionários**

O Banco Fibra oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

b. Acordos para compensação e liquidação de obrigações

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011, o Banco Fibra possui acordo de compensação e liquidação de obrigações envolvendo operações de crédito e derivativos. Esses acordos permitem a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, inclusive com a antecipação dos vencimentos das obrigações na ocorrência de eventos de inadimplência ou falência. Tais mecanismos proporcionam maior segurança e garantia de liquidação financeira, ao possibilitar que, em caso de inadimplência da contraparte, as obrigações de pagamento sejam compensadas entre as partes envolvidas.

28. RESULTADO NÃO RECORRENTE

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houveram resultados classificados como não recorrente.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14 de julho de 2026, o Banco Fibra adquiriu 385.350 quotas da M7 IB Soluções Financeiras Ltda. ("Sociedade"), correspondentes a 35% de seu capital social, pelo montante de R\$ 385.350,00. Na mesma data, os sócios aprovaram a alteração da denominação da social da Sociedade, passando a denominar-se Fibra M7 IB.

A Fibra M7 IB atua na intermediação e distribuição de títulos e valores mobiliários, na realização de operações em mercados organizados, na prestação de serviço de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições (M&A), reestruturação de dívidas, bem como em outras atividades autorizadas pela regulamentação aplicável.

Com base nos termos do Acordo de Sócios, a Administração concluiu que o Banco Fibra exerce controle conjunto sobre a Sociedade, em razão da existência de quóruns qualificados e direitos de veto compartilhados sobre decisões estratégicas e matérias relevantes da Sociedade. Dessa forma, o investimento será reconhecido e avaliado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data de aquisição.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a apuração do Purchase Price Allocation (PPA), referente à aquisição encontra-se em elaboração. Os eventuais efeitos contábeis decorrentes da conclusão desse processo serão reconhecidos nos prazos previstos na regulamentação aplicável e no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

Membros da Diretoria Executiva

Arno Schwarz

Andre Cadime de Godoi

Daniel Olivieri Silva

Eduardo Antonelli Carvalho De Souza

Maria Ines Vicente Ferreira Pastori

Paula Bendit David

Sergio Luis Patricio

Contador: José Eduardo Fernandes**CRC 1SP 269858/O**

Relatório do Comitê de Auditoria

1. Introdução:

Em cumprimento às atribuições previstas em seu Regimento Interno, às práticas de Governança Corporativa adotadas pelo Banco Fibra e à regulamentação aplicável às instituições financeiras, o Comitê de Auditoria (Comitê) assessorou o Conselho de Administração no acompanhamento da qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras, da efetividade dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, das atividades de auditoria e da observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Conglomerado.

As avaliações realizadas pelo Comitê foram fundamentadas em informações e relatórios apresentados pela Administração, pela Contabilidade, pelas áreas de Gestão de Riscos, Compliance, Controles Internos e Risco Operacional, pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como nas discussões realizadas em suas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento conduzidos ao longo do semestre.

Compete à Administração do Banco Fibra S.A. ("Banco Fibra") assegurar a manutenção de estrutura contábil, controles, processos e sistemas adequados para a elaboração das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado, em conformidade com a legislação societária, as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

A Grant Thornton Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e pela emissão de sua opinião independente, além da comunicação de eventuais oportunidades de aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos.

A Auditoria Interna atua na avaliação da adequação dos processos, controles internos e práticas de gerenciamento de riscos, contribuindo para o fortalecimento da governança corporativa e para o suporte às atividades do Comitê de Auditoria.

2. Atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

No período de janeiro a junho de 2026, o Comitê realizou 06 reuniões ordinárias e 03 extraordinárias. Entre os principais temas acompanhados destacaram-se: a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, o monitoramento das implementações dos controles operacionais associados à Resolução CMN nº 4.966, o ambiente de crédito, a gestão de riscos e controles internos, a tecnologia da informação e segurança cibernética, os trabalhos das Auditorias Interna e Independente, as demandas regulatórias e o acompanhamento dos planos de ação relacionados a apontamentos de auditoria.

O Comitê também acompanhou as conclusões de inspeções realizadas por órgãos reguladores e as medidas adotadas pela Administração para atendimento dos respectivos apontamentos. Adicionalmente, acompanhou a evolução de novas regulamentações e as interações do Banco com os órgãos reguladores. Quando necessário, diretores e representantes das diversas áreas do Conglomerado foram convidados a participar das reuniões para aprofundamento de temas específicos.

2.1. Processo de Elaboração das Demonstrações Financeiras

O Comitê acompanhou o processo de preparação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, mantendo reuniões periódicas com a Administração, a área de Contabilidade e a Auditoria Independente.

Foram analisados os principais critérios contábeis adotados, julgamentos relevantes, estimativas significativas e divulgações requeridas pela regulamentação vigente, incluindo aspectos relacionados à mensuração de ativos e passivos financeiros, provisões, contingências e demais temas relevantes para a adequada representação da situação econômico-financeira da Instituição.

2.2. Resolução CMN nº 4.966

O Comitê acompanhou a evolução dos processos relacionados à implementação dos controles operacionais associados à Resolução CMN nº 4.966. Adicionalmente, acompanhou os principais temas relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, modelos de perdas de crédito esperadas, aspectos de governança e adequações sistêmicas requeridas.

No período, foram analisados os relatórios emitidos pelas auditorias interna e independente sobre o tema, bem como o cumprimento dos prazos regulatórios, o cronograma de envio dos Cadocs ao Bacen e eventuais pendências relacionadas à conformidade com a norma.

2.3. Ambiente de Crédito

No âmbito do risco de crédito, o Comitê acompanhou regularmente a evolução da carteira, os indicadores de qualidade dos ativos, os níveis de provisionamento, os indicadores de inadimplência, as exposições relevantes e o comportamento dos segmentos econômicos atendidos pela Instituição. Adicionalmente, discutiu os principais casos da carteira sob gestão da área de Reestruturação de Crédito.

2.4. Tecnologia, Segurança da Informação, Controles Internos e Gestão de Riscos

O Comitê acompanhou trimestralmente os temas relacionados à tecnologia da informação, segurança da informação, continuidade de negócios e cibersegurança. Os gestores responsáveis apresentaram informações sobre a evolução do programa de modernização tecnológica do Banco, projetos em andamento, ferramentas adotadas e indicadores de segurança.

2.5. Outros temas discutidos

- Adicionalmente, o Comitê tomou conhecimento e acompanhou, conforme aplicável, temas regulatórios e operacionais relevantes com potencial impacto sobre processos, sistemas, controles internos e obrigações de reporte, incluindo projetos regulatórios, tais como IN BCB 659 – CADOC 3040, CNPJ Alfanumérico, Reforma Tributária (LC 214/2025), Resolução Conjunta nº 18 e Duplicata Escritural;
- Cenários e perspectivas econômicas, conforme a periodicidade definida pelo Comitê;
- Temas operacionais considerados relevantes pelos membros e registrados em atas.

3. Avaliação do Sistema de Controles Internos:

O Comitê de Auditoria avaliou o Sistema de Controles Internos do Banco Fibra como adequado e compatível com o porte, a complexidade e o perfil de risco da Instituição.

Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis e nos trabalhos das Auditorias Interna e Independente, não foram identificadas falhas relevantes de compliance ou descumprimentos legais e regulatórios que pudessem comprometer a continuidade dos negócios.

O Comitê acompanhou a execução do plano anual da Auditoria Interna e avaliou positivamente a cobertura, a qualidade e a independência de seus trabalhos. As oportunidades de melhoria identificadas foram encaminhadas às áreas responsáveis, sendo sua implementação regularmente monitorada.

Adicionalmente, o Comitê tomou conhecimento das principais fragilidades identificadas pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Operacionais, bem como dos respectivos planos de ação, considerados adequados para mitigação dos riscos identificados.

Diante dos assuntos analisados durante o primeiro semestre de 2026, o Comitê de Auditoria não identificou a necessidade de apresentar recomendações formais ao Conselho de Administração.

4. Auditoria Independente:

O escopo dos trabalhos da Auditoria Independente foi previamente discutido e aprovado pelo Comitê. Com base nas informações recebidas, a independência e a objetividade da Grant Thornton Auditores Independentes permaneceram preservadas.

A Grant Thornton não prestou serviços distintos da auditoria das Demonstrações Financeiras nos últimos dois anos.

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade dos trabalhos realizados e considerou adequadas as informações fornecidas para suportar suas análises e conclusões.

5. Avaliação da qualidade das recomendações relativas ao período:

O Comitê acompanhou a evolução dos planos de ação decorrentes de recomendações das auditorias interna e independente, bem como de demandas regulatórias. O andamento dessas iniciativas foi considerado compatível com os riscos envolvidos e com os cronogramas estabelecidos pela Administração.

O presidente do Comitê participou regularmente das reuniões do Conselho de Administração, oportunidade em que apresentou observações e percepções relevantes sobre os assuntos acompanhados no exercício de suas atribuições.

6. Conclusão:

Consideradas as responsabilidades atribuídas ao Comitê de Auditoria e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, com base nas informações recebidas da Administração e nos trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente, o Comitê concluiu que:

- as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis e regulamentares aplicáveis;
- os sistemas de controles internos e os processos de gerenciamento de riscos mostraram-se adequados ao porte, à complexidade e ao perfil de risco da Instituição;
- os processos relacionados à implementação dos controles operacionais associados à Resolução CMN nº 4.966 permanecem aderentes aos requisitos regulatórios vigentes, sendo as ações de aprimoramento acompanhadas pela Administração e monitoradas pelo Comitê;
- a Auditoria Interna desempenhou suas atividades com independência e efetividade;
- a Auditoria Independente exerceu suas funções com independência e objetividade;

- os planos de ação decorrentes de recomendações de auditoria e demandas regulatórias vêm sendo adequadamente conduzidos pela Administração.

Diante do exposto, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Fibra referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 17 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria

Sérgio Luís Patrício

Presidente

Camila Nogueira Ribeiro Nicacio

Membro independente e qualificado

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

Membro independente